

PORTUCAL COLONIAL



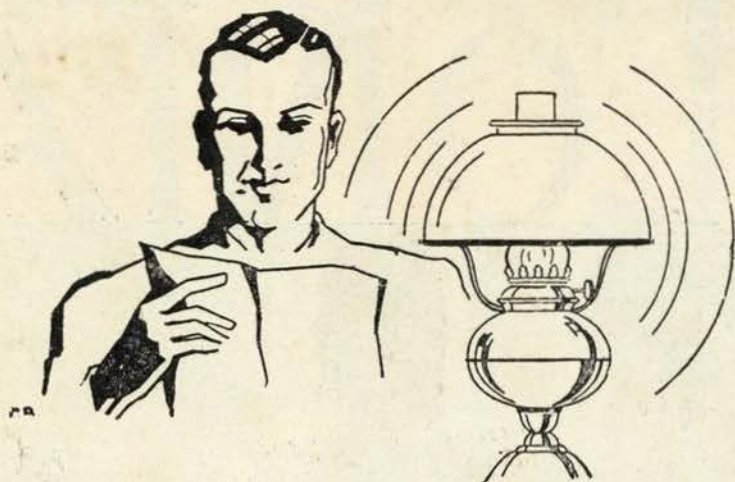
N.º 1

■
Março de
1931

BOTELHO

XXXI

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUES



Cartas da Metropole

Milhares de cartas são lidas e relidas todas as noites, por toda a Africa Ocidental, à luz clara do Petroleo Sunflower — o iluminante especialmente preparado para usos domesticos.

Sunflower não deita cheiro nem suja as torcidas. Por consequencia quando V. Ex.^a precisar, não peça só Petroleo, mas sim



360

Petroleo Sunflower

VACUUM OIL COMPANY

C. VINHAS, L.^{DA} **LISBOA**

Fornecedor da Comp. Nacional de Navegação

ESCRITÓRIO: Rua dos Correiros, 29, 2.º

Telejoe: 2 0600 End. Telegr.: TELHEPA

ARMAZENS: Rua do Grilo, 110 a 116

(em propriedade propria) Telefone P. B. 134

Vinho Tinto Colonial,
Branco Colonial, Pa-
lhete, Branco Arinto,
Vinhos Abafados,
Azeites, Vinagres
e Aguardentes

COMPANHIA DE **MOSSAMEDES**

*Sociedade Anonima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado — Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SÉDE SOCIAL

Lisboa — R. Victor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SÉRE DO COMITÉ FINANCEIRO
na Banque des Interets Français
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SÉDE EM AFRICA

SÁ DA BANDEIRA — (Lubango)

Creação e Comércio de ga-
dos — Explorações agricolas
— Instalações no *Lubango,*
Tchipa, Ediva, Palanca,
Calueque e Tchifito

V.^{va} Augusto d'Aquino, L.^{da}

Agencia de transportes internacionais

Recepção, expedição e despacho de
mercadorias para todas as par-
tes da Europa, Africa e
Americas. Agentes
em todas as
partes do
Mundo

REPRESENTANTES DE:

REISKE & FERREIRA

HAMBURG (Chile-Hans)

LANGSTAFF EREMBERT & C.º

Livrepool, Londres, Paris e Havre

STEINACHER & RUEFF

ANVERS

GERHARD & HEY

NEW YORK

COMPANHIA DO **SUL DE ANGOLA**

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado — Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SÉDE SOCIAL

Lisboa — Rua Victor Cordon, 12-1.º

Telef. 2.4174 — End. Tel. *SULANGOLA*

SÉDE EM AFRICA

MOSSAMEDES — Africa Ocidental

EXPLORAÇÕES:

PESCA — Baía das Moscas, Mos-
samedes — Praia Amélia, Porto
Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Oleos de
Peixe, Pasta Azotada — Fábrica AFRICANA
— Mossamedes

AGRICULTURA E CREAÇÃO DE GADO:

Mossamedes, Giraul, S. Nicolau,
S. João do Sul, Caroca e Pinda

Portugal Colonial

*Revista de propaganda
e expansão colonial*

Director

HENRIQUE GALVÃO

**Assuntos económicos--comerciais
agrícolas--industriais e financeiros.
Infôrmações de todo o mundo colonial**

*Agentes em todas as cidades Ultrama-
rinas, Madeira, Açôres, Brasil, etc.*

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Metropole e Ilhas Adjacentes:

Avulso 3\$00
Semestre 15\$00
Ano 30\$00

Colónias Portuguesas e Brasil:

Avulso 4\$00
Semestre 25\$00
Ano 48\$00

EXTRANGEIRO (Ano) 60\$00



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 REDACTOR-PRINCIPAL
 J. da Fonseca Ferreira
EDITOR
 António Pedro Muralha

S E D E :
 RUA AUGUSTA, 229, 2.º
 Endereço Telegráfico:
 « MINERVA »
 Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

Preço avulso
 Metrôpole 3\$00
 Colónias 4\$00
 (ASSINATURAS)
 Metrôpole (6 meses) 15\$00
 Colónias (6 meses) 24\$00

Composto e Impresso
 IMP. CONTEMPORANEA EDITORA
 Rua Manuel Bernardes, 50 — LISBOA

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

PORTUGAL COLONIAL

UMA APRESENTAÇÃO

Por HENRIQUE GALVÃO

nação que de direito, mais puro e indiscutível, é cabeça dum grande Império de fronteiras mundiais, desviou-se do sentido mais colonial, por volta de 1820, com as primeiras febres do liberalismo.

Todas as fortes ligações que prendiam e animavam, como artérias e nervos dum corpo unico, o pequeno território metropolitano ás vastas possessões de Alem-mar entraram a debelitar-se.

E a Nação, quasi desarticulada, esqueceu que havia um território continental abandonado, um império extra-continental mais abandonado ainda e imerso em torpôr africano, um glorioso passado de heroismo libertador e civilizador a honrar, um notavel patrimonio espiritual de lingua, de cultura e de génio cristão a defender e a manter, esqueceu sobretudo, que havia seis milhões de homens — seis milhões de almas — que precisavam viver, não degradados á condição servil duma colónia de mestiços, mas sim reerguidos ao nível normal dos homens europeus.

E a Nação, tanto se reduziu e amesquinhou que pouco mais vida tinha que a que lhe permitia um coração ari-

PORTUGAL, a quarta potencia colonial do mundo, e primeira na riqueza das suas tradições coloniais, mestre de colonizadores, precursor equilibrado e perfeitissimo da colonização moderna e a

tmico e falhado que pulsava nas lages frias do Terreiro do Paço.

Todo o Império se concentrou, sem brio, nem grandeza, numa praça pública!

Daqui resultou escurecer-se, quasi completamente, o sentido colonial dum povo que nas Colónias tinha a expressão e a realidade da sua finalidade histórica mundial.

Creou-se o terrôr da Africa, transformaram-se as colónias em negros calvários de degradados e passamos a exercer, nessas terras tão portuguesas, tão nossas, uma soberania apenas hipotética.

E nem sequer algumas tentativas generosas, como as de Sá de Bandeira, conseguiram repôr-nos no encaço da nossa missão mundial.

Mas por fim dêsse tão caluniado seculo XIX, na mesma altura em que as artes, as letras e as sciencias ganhavam pelas mãos duma geração brilhantissima, um fulgôr que não conheciam desde a Renascença, surgia tambem uma geração de coloniais que, dando realidade e grandeza á nossa soberania em terras de Africa, sacudia o torpor em que viviamos e restabelecia, na ordem militar, o nosso desviado sentido colonial.

Antonio Enes com Mousinho, Aires de Ornelas, Couceiro, Galhardo, etc., em Moçambique, Couceiro em Angola, com êsse admiravel ocupador, fronteiro e organizador que foi João de Almeida, salvaram, nessa travessia difficil da nossa vida de País Colonial, a honra e a integridade do Império.

E com uma soberania que começou a exercer-se de facto e, só por si, reatava parte da influencia penetrante que, mesmo nas colónias de Africa já tinhamos exercido intensamente, ficou preparada a grande obra de colonização moderna, que o barranco aberto em 1820 tão lamentavelmente interrompeu.

O País, aplaudiu alguns dos herois, invocou o passado das glórias e queimou em sessões solenes de embandei-

rada retórica o seu cómodo entusiasmo — mas não seguiu o grande movimento.

Da agitação produzida, dos efeitos reais alcançados, não resultou, como era de esperar, um sentido nacional, unânime, da nossa missão imperial, nem mesmo o sentimento profundo da grandeza e das possibilidades do Império.

Apenas se formou mais uma classe — a dos coloniais!

E neste agrupamento, onde nem sempre alinharam apenas aqueles que tinham a noção e o sentimento da idéia de que as circunstâncias os tinham tornado representantes, mas também todo e qualquer que á Africa tivesse feito uma viagem de ida e volta, ficou, em fileira desmantelada e heterogénea, uma parte muito reduzida da população a quem faltava, por completo, um pensamento colonial.

Ora, nós não acreditamos, nem julgamos possível, que Portugal possa realizar a grande obra colonial que constituiu a sua mais alta missão entre os povos do mundo, sem que o movimento que a ha de produzir tenha sólidos esteios numa consciencia nacional convencida da sua necessidade, da sua importância e do alto interesse que ela tem para todos os portugueses.

Numa palavra: é necessário que Portugal retome nas ordens politica, moral e económica, tão brilhantemente como o retomou na ordem militar, o sentido colonial perdido com os primeiros alvares do seculo passado.

Não póde haver um grupo de « coloniais ». E' necessario, emfim, que todos os portugueses, no convencimento da missão que o seu País tem a cumprir, o sejam. Tanto os que vão ás colónias como os que na Metrópole consomem a sua vida!

E ninguem dirá que não seja este um ideal capaz de substituir com vantagem e interesse essas ideologias torpes da Política que hoje constituem, quasi exclusivamente, o repasto espiritual dos portugueses que tem voz activa nos destinos do País.

A « Portugal Colonial » nasce pois dentro d'este pensamento: Contribuir, na medida das suas possibilidades e com a pureza das suas intenções, até onde consiga realiza-las, para o restabelecimento dum sentido colonial que não póde ser prerrogativa dum grupo sem unidade, mas que tem de ser bussola e facho de quantos são alumados pelo sol do Império Português.

Para tanto procurará, longe de toda a politica inferior e de todos os interesses ilegítimos fazer a propaganda das nossas colónias, pugnar pela formação duma hierarquia de valores, animar as gerações novas em que é preciso re-

crutar urgentemente *élites* coloniais, agitar e estudar os problemas que interessam ás colónias, acolher e orientar todos os entusiasmos sinceros e todas as boas vontades decididas. finalmente, procurará prestar ao País, cujas forças morais é preciso levantar, o serviço de o convencer que na coordenação da politica económica das colónias, com a politica económica da Metrópole, assenta virtualmente a ressurreição do nosso bem estar e — mais ainda — da nossa missão imperial.

Não sabemos até que ponto conseguiremos realizar o nosso programa, mas cremos que não é esforço perdido tudo quanto se faça para incutir na mentalidade portuguesa uma esperança confiante num futuro próximo das Colónias e nas Colónias um amor cada vez mais vivo pela mãe Patria.

Outros, melhor e mais largamente apetrechados, poderiam fazer o que nós hoje, modesta e difficilmente, encetamos. Mas não o teem feito.

Portugal — a 4.^a potencia colonial do mundo — não tem, praticamente, uma grande Imprensa Colonial.

A « Portugal Colonial » vem preencher uma pequena parte dessa lacuna — apenas uma pequena parte.

Porque a sua vida, num meio ainda hostil a empreendimentos desta natureza, não póde deixar de ser difficil, porque a anima uma idéa otimista que o pessimismo elegante do tempo não auxiliará, porque os criticos de café e os caluniadores de profissão, lhe hão de attribuir todas as ruins intenções com que a sua inventiva habitualmente mimoseia todos os esforços, porque, emfim, o « mal haver » que resulta do « por bem fazer » não é novidade nem consequencia imprevisada para nós, ignoramos a duração e os efeitos da sua carreira.

Mas sabemos que não ha lutas sem sacrificados, nem vitórias sem imolações.

Todos os esforços que se façam e todas as tentativas que se produzam para animar e dar vida á idéia que nos orienta, não serão inteiramente perdidos, por mais parcos que venham a ser os resultados.

E se de tudo quanto gastarmos em energia, boa vontade e sãs intenções, alguma cousa ficar que, para o resultado final, que outros mais felizes venham a alcançar, possa ser contribuição de qualquer natureza, teremos realizado tudo quanto esperamos ao iniciar esta publicação.

Angola, prolongamento de Portugal



Um pastor na Humpata

Reorganisaçãõ Administrativa de Angola

“Angola não tem problemas insolúveis. Todos se podem sucessivamente dominar. E’ questão de saber e de bom senso”, disse o Ministro das Colónias, Ex.^{mo} Sr. Dr. Armindo Monteiro, numa entrevista que concedeu á “Portugal Colonial”.



Dr. Armindo Monteiro
Ministro das Colónias

Os objectivos da reorganisaçãõ administrativa - Ideas novas, processos novos - Os sacrificios da Metrópole por Angola - “O Angolar ha de ser defendido tenaz e energeticamente”

O senhor doutor Armindo Monteiro concedeu á nossa revista, para o seu primeiro numero, a sua primeira entrevista como Ministro das Colónias. Porque a questão colonial domina hoje de muito alto as grandes questões nacionais, porque é nas colónias que se ha de cumprir o destino dum país cuja existencia como nação e como império é condicionada pela fórma como honrar no futuro uma grandeza que o passado lhe legou, porque, emfim, os problemas coloniais teem, nos ultimos tempos, agitado todas as opiniões e suscitado um interesse raro, as palavras de S. Ex.^a, cheias de firmeza e de otimismo, de vigôr e de serenidade, de consciencia e de confiança, teem um valôr e uma oportunidade que é escusado enaltecer.

O sr. doutor Armindo Monteiro — o mais novo dos ministros que teem sobraçado a pasta das colónias — entrou para o seu ministerio com uma galhardia, um desassombro e uma segurança que são raras entre estadistas portugueses. Ele o disse: *Sei o que vou fazer!* E com êle entrou tambem no velho ministerio um sangue novo

e generoso, um talento desempoeirado e — sobretudo — um cérebro disciplinado, com idéias arrumadas e uma cultura sólida.

Raras vezes, no Ministerio das Colónias, um ministro tem, perante problemas graves, numa situação difficil como a que estamos atravessando, marcado em tão pouco tempo de governo, diretrizes tão nitidas e pensamentos tão claros sobre a politica colonial. Sente-se que com ele prometem demolir-se velhas fórmulas, velhos preconceitos, empoeiradas idéas em que teem assentado raizes os velhos erros que tanto lamentamos.

Quizemos ouvir S. Ex.^a sôbre a reorganisaçãõ administrativa de Angola. Angola constitui hoje a grande preocupação do Império. Os estragos causados por uma crise grave, antigos erros administrativos que os anos prolongaram sem correctivo, uma desorganisaçãõ conhecida na sua economia e nas suas finanças, trouxeram-na ao primeiro plano entre as demais parcelas do Império.

S. Ex.^a, embora difficilmente, por motivos compreen-

siveis de escassez de tempo, mas, todavia, possivelmente interessado por uma revista que traz consigo um ideal forte de renovação, não se escusou a falar-nos sobre o assunto que nos interessava.

As suas palavras são firmes e precisas como sempre, claras como quem não desconhece o caminho que trilha:

— E' indispensavel fazer-se a reorganisação administrativa de Angola, reorganisação quasi total. Exigem-na o interesse financeiro da Colónia e o interesse financeiro da Metrópole, exigem-na as necessidades das forças produtoras angolanas e o prestigio da nossa administração colonial.

E antes que nós esboçássemos a pergunta, S. Ex.^a acrescentou:

— Essa reorganisação tem de ser feita com um duplo objectivo: trazer o orçamento até ao seu equilibrio e dar um espirito novo aos organismos do Estado de modo a tornar a sua acção sobre a produção mais intensa.

Temos que modificar, portanto, os próprios principios em que até aqui tem assentado a estrutura, administrativa da Colónia. Onde se marcava a idéa duma centralisação quasi absoluta, temos de estabelecer uma grande descentralisação. O Governo de Angola não pôde nem deve deixar-se continuar totalmente dependente das decisões de Loanda. Tem de dar-se ás autoridades que, na hierarquia funcional, se achem colocadas entre o Governador Geral e os administradores de circumscrição, poderes e meios de acção novos, que as habilitem a influir decisivamente no desenvolvimento das regiões, por vezes imensas e ricas, confiadas ao seu cuidado.

Quanto aos serviços centrais ha que alterar tambem a sua contextura presente. Não compreendo que, em Angola, haja tantas Direcções de Serviços como as que hoje ali se encontram e que, sendo desnecessarias, representam, não só um grande encargo para o orçamento, mas tambem uma verdadeira desarticulação dos serviços. De facto, as necessidades duma administração séria reclamam que se concentrem sob uma só direcção serviços que tem a mesma natureza e que deviam subordinar-se á mesma orientação geral. Assim, é possivel, com grande vantagem para a Colónia, reduzir a quatro Direcções Gerais a numerosa flóra de Direcções de Serviços que hoje existe. E' possivel depois simplificar a hierarquia administrativa, reduzindo-a a categorias bem definidas, com obrigações, responsabilidades e vencimentos claros.

— Não pôde V. Ex.^a dar-nos mais amplos esclarecimentos sôbre esse assunto?

— Por agora, não posso, neste campo, ir além destas idéas gerais pois não convem ao interesse das reformas que desejo decretar que elas sejam conhecidas senão no momento de entrarem em execução — visto que, de antemão eu sei que as sujeitariam, por espirito de hostilidade à Dictadura, a discussões de má fé. Nunca se viu um general entregar o seu plano ao inimigo antes da batalha.

Não podiamos insistir e formulamos outra pergunta:

— Diz-se no preambulo do decreto que estabelece as bases da reforma administrativa de Angola que o Estado português está disposto ainda a certos sacrificios. Quais são?

— Constam do próprio decreto. O governo central é credôr de Angola por juros e encargos de divida muito importantes. Esta colónia devia á Metrópole, em meados de 1930, perto de 612.000 contos — que, dada a excepcional benevolencia de que se usou no estabelecimento

dos juros, apenas pagará, até 1932, uma quantia próxima de 19.000 contos. Pelo decreto ultimamente publicado essa quantia vai a uma conta especial englobando-se na divida existente. O governo da Metrópole consente em não receber essa quantia em 1931-32, o que vai diminuir, sensivelmente, o *déficit* do orçamento da Colónia.

Para a Metrópole é um sacrificio porque contava com esses recursos para o equilibrio do seu orçamento. Na situação económica que atravessamos, não se eliminam 20.000 contos na coluna das receitas sem que isso represente um grande esforço.

Acrescente a isso o que vai custar ainda a unificação e adiamentos dos encargos dos empréstimos feitos pela Caixa Geral dos Depósitos e achará que, na verdade, é muito grande o auxilio que o Estado Português se propõe, ainda este ano, prestar a Angola.

E' claro que tenho a acrescentar que isto não pôde ser considerado senão como uma fase transitória das relações financeiras entre a Metrópole e Angola.

O governo da Colónia tem de habituar-se a considerar a sua divida como uma cousa sagrada, pagando pontualmente os seus juros. E' condição essencial para a solidez do seu crédito. De resto, veja que os encargos da divida de Angola são relativamente pequenos mercê, deve acentuar-se, da maneira generosa por que foi tratada pelo Governo Central. Poucos países nas suas despesas os incluem na proporção em que aparecem no orçamento de Angola; é uma situação de excepcional privilégio.

— No decreto que já referimos estabelece-se ainda a concessão dum suprimento por parte do Banco de Angola. E' grande esse suprimento?

— De maneira nenhuma. Trata-se dum pequeno suprimento, dentro dos limites da circulação fiduciaria legal e das garantias normais do Banco. Eu sei que a pobreza de alma de certos individuos os tinha já feito sonhar com grandes inundações de notas. Não. E' um suprimento modesto, que devendo obedecer a um maquinismo especial de compensações de certos créditos e débitos, julgo que não fará subir sensivelmente o nivel da circulação fiduciaria do Banco.

Já havia quem imaginasse uma desvalorisação da moeda, para que a queda do Angolar diminuisse os seus débitos. Esses erraram os cálculos. O angolar ha de ser defendido tenás e energicamente. Os seus grandes inimigos são o desequilibrio orçamental da Colónia e o *déficit* da balança económica. Aquele tem de acabar. Contra este tem de dar-se uma batalha violenta. Já estão sendo discutidas providencias nêsse sentido. E se houver energia e continuidade o problema ha de ser resolvido.

O sr. doutor Armindo Monteiro conclui com o seu otimismo de môço — esse otimismo sádio e moral que tem de ser a alavanca da gente nova:

— Angola não tem mesmo problemas insolúveis. Todos se pôdem successivamente dominar. E' questão de saber e de bom senso. A Colónia tem riquezas enormes escondidas no seu sólo e sub-sólo e tem colonos com cujas virtudes Portugal pôde abertamente contar para a obra do futuro. O governo está empenhado em a realisar. Mas primeiro é preciso crear condições que permitam assegurar-la. Essas condições estão no campo financeiro e administrativo. O estabelecimento em ambos eles de um regime de ordem, é condição preliminar e essencial da obra de ressurgimento económico que se pretende levar a cabo.

Estava terminada a entrevista — a primeira que o novo ministro concedia á nova revista.

DEU-NOS a honra de colaborar na «Portugal Colonial» o sr. dr. Agostinho de Campos. Não é o ilustre escritor e pedagogo um colonial na aceção corrente da palavra e como o são aqueles outros que neste número nos concederam a sua valiosa colaboração. Mas o sr. dr. Agostinho de Campos — um dos raros europeus que temos a ventura de ter como compatriotas — tem escrito, sobre alguns aspectos dos nossos problemas coloniais com o brilho, o sentido de realidades, o espírito crítico e o bom senso que, sendo aliás características muito nitidas do seu magnífico talento, mais uma vez o afirmaram como um orientador preciso,

A FÉ E O IMPÉRIO

Por Dr. AGOSTINHO DE CAMPOS

Escritor, professor e jornalista

dêsse de que as gerações novas carecem e que tanto escasseiam na época em que vivemos.

Não queremos deixar de registar o facto, nem deixar de manifestar o entusiasmo com que recebemos a honra e o prazer de inserir na «Portugal Colonial» a colaboração que lhe solicitamos.

O sr. dr. Agostinho de Campos, é assim o melhor representante e a realidade viva duma idea que defendemos: Pode-se ter um sentido colonial nitido e afinado sem à que para isso seja necessario ir às Colonias. E

Portugal só será um grande país colonial quando todos os portugueses o tiverem—quando todos os portugueses forem coloniais.

PORQUE é que se coloniza? Para que se teem colónias? Que sentido se contém hoje em dia na expressão «Império Colonial»?

Nos séculos XV e XVI Portugueses e Espanhóis navegaram, descobriram, conquistaram mundos novos, e começaram os trabalhos da moderna colonização.

A crença e o entusiasmo religioso, a ambição de glória, o espírito cavalheiresco, a ânsia de lucro, o orgulho da nação ou de raça, a energia física e moral exuberante, o génio aventureiro, o instinto das necessidades políticas, as fatalidades geográficas, a lei do menor esforço (verdadeiro ou ilusório), a velocidade adquirida em séculos de guerras contra vizinhos, pobreza e imaginação que via luzir ao longe o oiro apetecido — de todos estes impulsos sociais e naturais, alguns contraditórios, se formou uma corrente de forças, superior à vontade e ao raciocínio humano, que nos fez — a nós e a outros depois de de nós — *dilatar a Fé e o Império*.

Na sua essência a iniciativa e persistência colonizadora resume-se em três palavras: *exuberar, possuir, dominar*. Dar emprego a energias transbordantes. Ter o que julgamos faltar-nos. E ser senhores — quanta vez para não sermos escravos!

Motivos lógicos? Motivos jurídicos? Não: motivos puramente naturais e humanos. E assim, sem lógica, se remiram umas raças do seu atraso ou apatia, ao passo que outras se extinguíam no embate com a nossa. Assim se fizeram europeias as Américas. Assim se vai colonizando ou reconstituindo a África, sem sacrificio e antes com vantagem dos seus povos autóctones. Foi bom? Foi mau? A História está toda e sempre certa, pela razão simples de não haver para ela emenda possível. Águas passadas não movem moíños — nem que sejam os de D. Quixote.

E as águas presentes? Muito turvas, porque alguns homens de agora pretendem filtrá-las através da intelligência abstracta.

¿Onde parará o Império Britânico, essa máquina enorme, que nos parecia solidissima ainda há vinte ou trinta anos? Na última Conferência Imperial de Londres ficou assente que qualquer dos seus membros tem direito a separar-se do todo. E foi a União Sul-Africana um dos Domínios que mais se empenharam em fazer apro-

var este *princípio imperial*, que é mais propriamente a negação ou o fim do Império.

O primeiro ministro da *União* (notem bem este nome) voltou muito contente à África do Sul, com a sua conquista jurídica na pasta. Mas não se lembrou do resto: não se lembrou de que o caminho do direito abstracto e da lógica a todo o pano leva os homens ao único infinito que lhes está aberto, que é o infinito matemático. Matematicamente, um deputado sul-africano, separatista elevado à segunda potência, tirou da lógica da Conferência Imperial os últimos corolários, discursando nestes termos:

«Assim como a Austrália, o Canadá, a África do Sul, etc., teem direito a separar-se do Império Britânico, assim também o Cabo, o Natal, o Transvaal, o Orange, devem poder separar-se quando queiram da União Sul-Africana. . .»

Acrescentemos, à portuguesa: Ou a lógica é uma batata.

* * *

O direito dos povos a disporem de si próprios é artigo novo no código moral e político das relações internacionais. Mas tem um parágrafo único assaz saboroso que o contradiz (como bom parágrafo que se preza) e mediante o qual não fica revogada a legislação em contrário, isto é, a actividade colonizadora como sempre foi e há-de ser.

Reza assim o parágrafo único:

«Há povos atrasados, que não sabem ainda governar-se por si próprios; e há nações adiantadas, com sabedoria governativa que lhes chega para elas e ainda sobra para outros. Estas, portanto, governarão ou colonizarão aqueles, até os elevarem ao seu alto nível de capacidade administrativa ou política — e nem um minuto mais.»

Sendo assim — assim lindo, e absolutamente lógico, e idealmente jurídico — não há nada mais simples do responder às três perguntas com que se abriu este artigo:

Coloniza-se porque se é sábio. Teem-se colónias para dar aula. E um império colonial não pode ser, hoje em

dia, senão uma espécie de colégio ou *Kindergarten* — jardim-da-infância para povos, onde uma nação mestra, que adora as crianças, ensina os meninos brincando, e sem lhes dar com a palmatória.

Mas...

Mas a Suíça, bem educada e boa educadora, mãe de «colonizadores» admiráveis, como Pestalozzi, não exerce o professado colonial que tão bem merecia. A Itália, que se tem na conta de mestra com longa prática, queixa-se de falta de alunos. A Alemanha, a douta e pedagógica Alemanha, demitiram-na de professora imperial. China e Rússia, ninguém as obriga a ir à escola, como tanto precisavam, pobrezitas. E a Índia? Essa diz que já deu o programa todo e faz parede às lições da Gram-Bretanha.

Tudo como de antes. Só mudaram as palavras e as fórmulas, fecundo e destrutivo brinquedo dos homens.

* * *

Entretanto vai a França tirando muitos soldados de entre os seus discípulos marroquinos, argelinos, senegaleses, indo-chinos — e não são soldados de chumbo: são de carne e osso, e representam o direito desses povos a disporem de si próprios, morrendo, quando fôr preciso, pelos Franceses que não nascem.

Wilson, lógico e ideológico, trouxe-nos dos Estados-Unidos o direito dos povos a disporem de si próprios. Mas deixou ficar os Estados-Unidos dispondo como lhes apetece de Cuba e das Filipinas, do Panamá, da Nicarágua — de toda a América Central.

Por isso o czar Staline, que aspira a governar o mundo,

diz com certa razão que é a Rússia, e não o presidente americano, quem verdadeiramente está instaurando no mundo o direito dos povos a disporem de si próprios. Incitando as colónias asiáticas e africanas a revoltarem-se contra as respectivas metrópoles, armando-as e doutrinando-as para esse efeito, a Rússia é, sem favor, muito mais wilsoniana do que Wilson.

Ao mesmo tempo (e para que se veja bem o divórcio eterno entre a lógica e o homem lógico) a Rússia aparece-nos hoje como a única nação de vontade decididamente conquistadora e colonizadora.

Enquanto as antigas potências coloniais europeias — capitalistas, militaristas, burguesas, e portanto infames — hesitam no seu direito de colonizar, e quasi pedem desculpa de possuírem colónias, e mandam os seus vice-reis negociar de igual para igual com os cabecilhas coloniais revoltados — enquanto essas perderam visivelmente a fé no Império, a Rússia trata de, a seu modo, *dilatara Fé e o império*, a sua fé e o seu império, muito seus.

Não está provado que o consiga, porque entre o querer e o conseguir podem erguer-se e impor-se mil fatalidades adversas. Mas também não está provado que os povos tenham direito a dispor de si próprios. Na Rússia, mais wilsoniana do que Wilson, a escravatura continua ou ressuscita.

A colonização é fenómeno humano, eterno e complicado, contra o qual nada podem as efémeras e excessivamente simples ideias dos homens. Nações colonizadoras foram depois colonizadas; e outras há que são, ao mesmo tempo, colonizadas e colonizadoras. Nem a lógica tem vida, nem a vida tem lógica, a não ser a sua própria, que soberanamente se ri da nossa.

ANGOLA



Uma procissão na missão religiosa do Tchlepepe-Huila

EM todas as épocas houve povos que não circunscreveram as suas aspirações ao ambiente em que se haviam criado ou estabelecido. O génio destes povos, todavia, apresenta, de uns para outros, características tão próprias que dão ao seu desenvolvimento histórico directrizes *sui generis* bem definidas.

Nenhum povo, em nenhuma época, foi, porém, como o português, animado por força de expansão tão viva e tão original, mantida através dos tempos em todos os períodos do seu desenvolvimento, força que ainda hoje se deve invocar, para explicação do próprio temperamento da raça e boa orientação do espirito colonizador, que parece ressurgir agora dentre as brumas da desordem.

O genio português na obra de expansão ultramarina manifesta-se nos alvôres da historia e talvez enraize (se é possível comprovar-se a existencia da Atlântida) no proprio fundo autóctone da raça, que tirara as suas origens das populações atlânticas, transformado embora pela influencia cruzada das varias imigrações que procuraram a nesga do territorio onde se veio a formar Portugal, ou ao contacto dos povos que foram encontrando no seu caminho.

As origens, relembrando tempos idos de maior fulgor ou a memória desse continente maravilhoso — a

Atlântida, — enlaçada à alma do povo, inconsciente e imprecisa, como sonho transmitido através dos séculos, de geração em geração; ou a vigilância do mar, que foi sempre o campo livre da sua acção, — desse mar que banha ainda, como outrora, a costa da terra que lhes serviu de berço, — deram aos portugueses a atracção das terras escondidas nas brumas da lenda, e do ignoto das novas terras a explorar — a atracção do próprio mistério em si, — imprimindo à população uma anciedade expansiva cheia de heroica melancolia, que ao mesmo tempo os arrastava em busca de novas impressões e os levava de alma presa à terra pela saudade.

A tentação do mar parece natural entre portugueses, através dele se exercendo a sua acção sempre que a trégua dos novos dominadores ou a exploração dos vizinhos lha deixavam exercer. Quando os primeiros povos mediterrâneos aportaram às terras da Luzitânia (chamemos-lhes assim por não termos outro nome mais próprio) as populações aborígenes conheciam a arte de marear. O seu espirito de aventura desenvolvera-se; e navegavam já para o Sul e para o Norte, em viagens muito mais ariscadas do que as dos próprios fenícios que, se alguma coisa lhes ensinaram, com elles ao menos aprenderam o conhecimento do estanho.

A arte de navegação nunca se perdeu inteiramente, perdurou desde as remotas éras das «*povoas*» marítimas; e foi, por ventura, com os auxílios das suas navegações e o aproveitamento das suas qualidades expansivas que os próprios romanos civilizaram a costa africana até ao Cabo Verde e às ilhas Afortunadas — as modernas Canárias.

Mas o espirito da colonização, — colonização por fixação e intercolaboração dos colonizadores e dos colonizados, herdamos-lo dos romanos, enriquecendo-o com os ensinamentos anteriores dos fenícios e dos gregos, e adaptando-o depois às circunstâncias de meio e de logar e criando assim um método próprio que fomos applicando em todas as terras e ao contacto dos povos que encontramos.

Sempre orientada para o Sul com o domínio árabe, a navegação reatou-se para o Norte com a conquista, apoiada nas expedições à Terra Santa. Mas, perdido o ardor religioso, os piratas do Norte, francêses e holandeses em especial, com o objectivo material do roubo, — entravavam a navegação para o Norte do Atlântico, pelo que a acção se orienta definitivamente para o Sul.

Era o periodo da infância da raça no desenvolvimento da nacionalidade portuguesa, quando se gerou o sentido da expansão através dos mares em busca de novos mundos . . .

O conhecimento das terras africanas, das Canárias e talvez de Cabo Verde, perdera-se na desordem imensa, provocada pelas invasões dos bárbaros — e foi aos portugueses que se ficou devendo o seu moderno recrudescimento. No tempo de D. Sancho II, pelo menos, volta-

mos a navegar para o Sul. E no tempo de D. Afonso II (1341) aparelhou-se em Portugal uma armada que procurou tomar posse das Canárias. Os reis de Portugal consideraram-se, durante séculos, com direitos sobre este arquipélago e só desistiram de os reivindicar depois da famosa bula do Papa Alexandre VI, pela qual se regulou a linha divisória que delimitou os descobrimentos de Portugal e da Espanha e que definitivamente nos excluiu das Canárias.

Esta é a parte nevoenta e escondida pelo tempo da acção dos portugueses.

A sua expansão durante os seculos XV e XVI, no periodo heroico dos descobrimentos e conquistas, co-nhece-se, em regra, melhor, apesar do sigilo propositado; mas não se avalia como devia ser avaliada, vincando bem a orientação dos portugueses nessa época refulgente.

A arrancada de Ceuta marca a nova orientação. Portugal ia ter em Marrocos uma admiravel escola de militares e administradores para a colonização. Durante muitos anos foi em Marrocos que se fez a aprendizagem do mando, do comando, da arte de governar. Os novos frequentaram essa escola e nela se temperaram os ânimos para a acção nos territórios longiquos que se iam descobrindo, dela saindo os maiores obreiros e os maiores chefes dos descobrimentos e conquistas.

Ali mesmo se principiou a caracterizar a acção colonizadora dos portugueses, activa, energica, progressiva, humanitária, sentimental, sempre com um fundo de justiça e de igualdade fôsse qual fôsse o povo ou a raça a colonizar.

Graças a esse espirito de intima colaboração, sem distincção de côres, é que a passagem dos portugueses não

O Espirito da Raça na sua expansão além-mar

Por JOÃO DE ALMEIDA

Brigadeiro do Corpo do Estado Maior
Antigo Governador da Hulla
Antigo Governador de Cabo Verde.
Antigo Ministro das Colonias.

só em Marrocos, no Brasil, na África e no Oriente, mas até nas regiões onde a sua permanência foi passageira, é visível ainda em monumentos inapreciáveis e ainda hoje lembrada com saudade e respeito. Portugal era tóda a terra em que portugueses trabalhavam pela civilização — o mar era nosso e ligava entre si as partes em que Portugal se repartia — integradas no mesmo pensamento de nacionalidade.

O domínio espanhol foi desastroso para todas as províncias ultramarinas de Portugal. Mas o renascimento, até certo ponto, realizou-se depois de 1640, continuando a colonização do Brasil, em luta aberta contra holandeses e franceses, e a de África, especialmente, no reino de Angola.

Os vestígios da obra de colonização realizada neste período, ainda eu os pude encontrar bem vivos, em 1907, quando efectuei o reconhecimento dos Dembos, onde me surpreendeu uma população que vivia com mais conforto e mais elevada civilização do que se vive em algumas regiões do Continente. O feitiço das casas, o sistema da agricultura, os utensílios caseiros e agrícolas, os nomes das pessoas, denunciavam a passagem dos portugueses, que lá deixaram as bases duma grande obra depois interrompida.

Mais grave ainda do que o domínio espanhol foi a quebra do sentido nacionalista dos dirigentes portugueses. Com Pombal perdeu-se completamente a aspiração universalista do império português que o ministro de D. José quiz limitar a um império restricto com a capital no norte do Brasil. A situação agravou-se com as invasões francesas e, em seguida, com o liberalismo, em que, exceptuada a generosa tentativa de Sá da Bandeira, a África voltou a ser terra de lendas negras e dos degedados.

O ressurgimento realizou-se na última década do século passado, e a África voltou a integrar-se nos sonhos de grandesa de Portugal!

Criou-se então, de novo, a escola de militares e colonizadores, dedicados à obra a que se consagraram, estudiosos e intemeratos observadores, que recommencaram a colonização no seu sentido tradicional.

Mas uma vez mais a desordem interrompeu a tradição. Os velhos coloniais endurecidos no trabalho, na observação e no estudo foram desaparecendo sem que as suas aptidões, a sua experiência e a sua boa vontade fossem aproveitadas e galardoadas. Ante a concorrência dos atrevidos e mediocres foram muitas vezes postos de parte...

Agora, que parece reviver a consciência da nossa vocação colonial, o que importa é organizar de novo a escola de colonizadores e administradores.

Que os novos procurem acrisolar a sua vontade nas dificuldades a vencer com a natureza, muitas vezes inhospita, e com as circunstâncias, em África, onde, mais do que na Europa, se põem à prova as qualidades de inteligência, de bravura e de organização que fazem os chefes, os guias, os condutores dos povos conscientes da sua missão na terra. Ha grandes exemplos a seguir...

E é-me bem agradável a mim, velho africano, que muitas vezes arriscou a vida na efectivação de um sonho de grandesa que o embalou desde creança, que os novos, militares e civis, possam seguir já o exemplo do Tenente Henrique Galvão, que em Angola percebeu o sentido nacional da nossa expansão e quer transmitir a sua convicção a todos os portugueses de boa vontade, por intermédio da revista que acaba de fundar.

O sentimento da continuidade e da unidade nacional que distingue a nossa colonização, é necessário proclamá-lo. Que vozes novas sigam a juntar-se às dos velhos queimados pelo sol da África e que nunca se sentiram, onde quer que lidaram na obra civilizadora comum, longe de Portugal!

A 15 Km. do Ambriz.

uma esplendida enseada onde podem fundear os maiores navios e com uma área de 478 hectáres. Actualmente estão em exploração pouco mais de 100 hect. que produzem cerca de 10.000 toneladas, produção que póde rapidamente atingir 100.000 tón. O sal produzido é considerado do melhor do mundo. As análises oficiais dão-no como muito próximo do apreciado sal de Setúbal.

AS GRANDES RIQUESAS INDUSTRIAIS DE ANGOLA

AS SALINAS DO CAPULO



A exportação é feita sobretudo para o Congo belga, S. Tomé, Moçambique, e sul de Angola, onde tem a preferência para a salga do peixe.

Salinas de grande futuro, dada a sua posição geográfica, que as indica como as mais económicas fornecedores dos Congos belga e francês, que anualmente consomem mais de 30.000 toneladas, e tanto assim quanto é certo que a maior parte do sal importado por estas duas grandes colónias estrangeiras é, na sua maior parte, sal gêmeo que os indígenas rejeitam sempre que podem alcançar sal marinho. Esta indústria e o seu progressivo desenvolvimento devem-se a um dos melhores colonos e industriais de Angola — o Sr. João Martins.



A água do mar para o abastecimento das Salinas entra naturalmente nas marés vivas por meio de uma rampa que conduz as vagas a um tanque de captação donde segue através duma vala de cimento e alvenaria para as salinas.

Os funcionários coloniais e a actual crise das colónias

Por LISBOA DE LIMA

Coronel de engenharia
Professor da Escola Superior Colonial
Antigo Ministro das Colónias

COMO é sabido, está merecendo especiais cuidados ao Governo da Republica a crise económica porque estão passando as colónias portuguesas, crise provocada pela baixa cotação a que desceram muitos dos seus produtos agrícolas e industriais nos mercados do Mundo.

Uma comissão, nomeada pelo Governo para se occupar de tão momentoso assunto, procura determinar a actual situação económica de cada um dos produtos de exportação colonial, tomando em consideração as despesas de produção, e os encargos que sobre ela pesam desde os locais de origem até aos prováveis mercados do consumo, para verificar, em face da cotação mundial desses produtos, e é possível, e como será possível, reduzir tais encargos para tornar remuneradora a produção colonial, mesmo á baixa cotação que os seus produtos de exportação atingiram.

Providencias já teem sido recentemente tomadas pelo Governo da Republica, no sentido que fica indicado, em relação a alguns produtos coloniais, como sejam, o açúcar, o café e o milho; e a Comissão acima referida está continuando o estudo de que foi encarregada em relação aos demais produtos de larga produção colonial, e, portanto, de possível exportação das nossas colónias.

Mas desse estudo, que interessa profundamente, não só aos capitais e actividades empregadas na utilização das possibilidades da terra nas colónias portuguesas, e portanto ao aumento da riqueza pública colonial, mas igualmente interessa á defesa da Unidade Económica Nacional, e, como consequência, ao desenvolvimento da Marinha Mercante Portuguesa, á maior radicação da nossa nacionalidade em todas as colónias, até directamente interessando ás finanças do Estado em todas elas, pois é á riqueza pública que os Governos das Colónias vão buscar, por tributação adequada, as receitas indispensáveis ás despesas gerais da sua administração, desse estudo, repetimos, resulta a imperiosa necessidade do funcionalismo público colonial se interessar, com boa vontade e com intelligência, no aumento da riqueza pública, que é afinal, a origem das receitas com que o Estado lhe paga.

E, a tal propósito, e porque o Governo já autorizou a publicação dos relatórios da Comissão a que acima se fez referência, não póde haver inconveniente em aqui transcrever os seguintes periodos de um desses relatórios que aos assuntos neste artigo tratado profundamente interessam.

«Passou o tempo, e a crise económica que assoberba o mundo impõe que tal tempo não volte, em que as autoridades administrativas coloniais se podiam manter, pe-

rante as iniciativas particulares que se dedicavam á utilização das possibilidades da terra, na situação de pessoas indiferentes ao sucesso ou insucesso de tal utilização quando não se mostravam a ela hostis, creandolhes, consciente ou inconscientemente, enormes dificuldades, até sob o pretexto de assim zelarem os altos interesses do Estado, quasi considerando prejudiciais a esses interesses os lucros que os particulares que se dedicavam a trabalhar a terra ou a transformar os produtos que dela provinham, conseguiam obter do seu trabalho».

«Hoje as más condições em que se debate a chamada riqueza pública na maior parte das colónias portuguesas, riqueza pública onde o Estado precisa de, por tributação conveniente, ir buscar as receitas com que fazer face ás despesas da administração geral de cada colónia, e ás exigidas pelo aumento dos elementos materiais de trabalho que interessem aos indispensáveis progressos na utilização, por parte das autoridades administrativas coloniais; e muito menos podem suportar hostilidades por parte dessas autoridades administrativas coloniais; e muito menos podem suportar hostilidade por parte dessas autoridades ao emprego de novas actividades e de novos capitais nas colónias portuguesas».

«Se tanto fôsse necessário, nem seria para desprezar a adopção do principio de interessar essas autoridades no rendimento útil de trabalho aplicado ao aumento da riqueza pública em cada uma das regiões administrativas a seu cargo».

«Mas de modo algum deve deixar de ser levado a crédito ou a débito do seu valor como funcionários públicos, e, como tal registado na fôlha de serviços de cada funcionário colonial, o interesse ou o desinteresse que eles mostrem pelo aumento da riqueza pública na área da sua jurisdição, não devendo deixar de se mencionar nas informações anuais de cada um o seu proceder no sentido que fica indicado, para lhe ser conferida, quando haja oportunidade, a recompensa pelo zelo que demonstrem em auxiliar o aumento da riqueza pública, ou para lhe serem applicadas adequadas sanções, pelo seu desinteresse a tal respeito manifestado, ou pelas dificuldades por eles creadas ao aumento da mesma riqueza publica».

«Consiga-se que nas colónias as autoridades administrativas tomem como um dever imperioso impulsionar o aumento da utilização das possibilidades da terra, fazendo-se entre essas autoridades a propaganda de tais deveres a cumprir, semelhantemente ao que na Metrópole se está fazendo com a campanha do trigo, ali se fazendo a campanha do algodão, a do tabaco, a do milho, a do trigo e a de outros produtos que podem ter largo consumo na Metrópole, e esta importa do estrangeiro, por não os poder importar das colónias, e caminhar-se há, com o passo firme, para o ressurgimento económico e financeiro das colónias portuguesas».

O illustre Ministro das Colónias, em nota officiosa que recentemente a imprensa publicou, nota ácerca da mais conveniente política financeira a adoptar para Angola, emite as seguintes autorizadas opiniões.

«Com esta política, não se sacrifica o futuro a um presente que não cria riqueza e que desmoralisa porque a permanência nas repartições de uma multidão de funcionários, sem interesse activo pela produção, descon-

tenta o contribuinte, que vê desaparecer, inutilmente, uma grande parcela do seu esforço e desvia das iniciativas agrícolas e comerciais, braços e valores que o soldo do Estado, certo e cómodo, largamente solícita. As colónias são países em construção: só podem fazer-se vagarosa e pertinazmente com economia, sacrificio das comodidades pessoais, saber técnico, trabalho e disciplina; o amor dos papeis e das fórmulas complicadas embaraça o seu crescimento.

«Se a isso se conseguir juntar a modificação dos processos de trabalho dos organismos administrativos, empurrando-os para o contacto directo com a actividade produtora, convencendo-os de que só com a efectiva prestação de serviços podem justificar a sua existência, ter-se iam talvez modificado os aspectos da vida económica de Angola, abrindo-lhe largos horizontes de prosperidade».

No que fica exposto advoga-se o princípio de que a orientação do funcionalismo colonial perante as actividades e capitais investidos na utilização das possibilidades da terra, ou na transformação, em produtos industriais, dos que da terra provenham, deve ser a de antes auxiliar, dentro dos limites legais, essas actividades, de que hutilisa-las, ou mesmo desinteressar-se do exito do seu trabalho.

Mas para que o funcionalismo colonial possa contribuir, pela sua acção, para o aumento da riqueza pública, por esse aumento se interessando, e auxiliando-o até aonde isso fór possível, sem infracção dos preceitos legais, e sem prejuizo dos altos interesses do Estado, preciso é que elle seja rasoavelmente culto; e que tenha sufficiente preparação em certos ramos de saber humano entre os que mais possam interessar à vida colonial e ao bom desempenho das funções que nessa vida lhe estão distribuidas.

Só assim o funcionalismo colonial pode, com sciência e consciência, orientar a sua acção de modo a tornar-se realmente útil à colónia em que serve.

E, com effeito; como póde um funcionário, chefe administrativo em qualquer região colonial, exercer conveniente acção sobre os indígenas com quem está em contacto, acção civilisadora, de incitativo ao trabalho, acção de assistência e de protecção, desconhecendo por completo os mais rudimentares princípios de política indígena, e as exigências cada vez maiores que a tal respeito, a opinião mundial está impondo às nações com colónias?

Como pode um funcionário colonial, que por dever do cargo que ocupe tem de fiscalisar a acção dos indígenas, a da pequena colonisação e a de emprêsas capitalistas que se entreguem a explorações agrícolas ou industriais na região em que superintende, como póde elle exercer essa fiscalisação e, ao mesmo tempo, zelar os altos interesses do Estado, sem o perigo de crear dificuldades ao exito de tais explorações, se não tiver a menor noção dos possíveis reflexos económicos que um acto seu precipitado ou mal orientado, possa vir a ter no trabalho daquêles que a tais explorações se dedicam?

Como póde um funcionário colonial, a quem por imperioso dever de cargo que ocupe, cumpre facilitar o trânsito dos productos coloniais atravez da colónia em que trabalha, ou facilitar a sua exportação, simplificando ou propondo que se simplifique a mecânica administrativa a que êsse trânsito esteja sujeito na colónia, para se evitar perdas de tempo e dinheiro, ou ainda pro-

curando que o custo do transporte dêsse trânsito seja comportavel pelos productos a transportar, em face da cotação mundial dos mesmos, sobretudo tratando-se de productos de exportação da colónia, se tal funcionário fór absolutamente ignorante em politica económica, e, por isso mesmo, incapaz de comprehender a importância que no aumento da riqueza pública, ou mesmo na sua conservação, podem ter processos burocráticos complicados a que esteja sujeita a utilização das possibilidades da terra, e o trânsito na colónia dos productos dessa utilização, e incapaz de comprehender se o pêso das tributações e demais encargos a que esteja sujeita determinada produção, são por esta suportaveis?

Quantas iniciativas de utilização nas colónias das possibilidades da terra ou de transformação dos productos dela saídos em productos industriais, teem morrido à nascença, mesmo em condições normais de equilibrio entre a produção e consumo mundial de tais productos, por não poderem essas iniciativas suportar as dificuldades que lhe derivam de excessos de formalismo burocrático a que são sujeitas, ou do pêso dos encargos que as sobrecarregam.

E se isto tem sucedido em condições normais de equilibrio entre a produção e o consumo mundial dos productos de exportação das nossas colonias, e, portanto, em condições, quanto à cotação dêesses productos, favoráveis a uma justa remuneração da sua produção, comprehende-se como aquelas dificuldades podem asfixiar, por completo, certas explorações, em face da baixa cotação actual da maior parte dos productos por elas produzidos; e comprehende-se o importante papel que cabe ao funcionário colonial para, dentro dos limites do possível, e dos limites legais, diminuir o pêso dessas dificuldades, auxiliando as iniciativas particulares que se dediquem à utilização das possibilidades da terra, trate-se de iniciativas dos indígenas, trate-se de trabalho da pequena colonisação ou de explorações capitalistas.

Na hora presente, em que as colónias portuguesas estão atravessando uma grave crise económica, e, como consequência, o Estado em cada colónia uma grave crise financeira, uma missão da mais alta importância é distribuida ao funcionalismo colonial; a de auxiliar, dentro da lei, e com o maior zelo pelos altos interesses do Estado, a riqueza pública colonial a vencer a crise tremenda que neste momento a oprime.

Mas para o funcionalismo público poder bem desempenhar-se dessa patriótica missão, indispensável é, que em qualquer tempo, e muito especialmente agora elle possua adequados conhecimentos coloniais que lhe permitam bem comprehender a gravidade da crise que assoberba as colonias, e orientar a sua acção de modo a poder cooperar na solução das dificuldades que tal crise originaram.

O espirito colonialista que teve a feliz inspiração de, ha já bastantes anos, crear a Escola Colonial, que aperfeiçoamentos successivos transformaram na actual Escola Superior Colonial, tudo com o objectivo de se poder crear um funcionalismo com uma cultura que o tornasse verdadeiramente útil na nossa acção civilisadora nas colónias, à radicação nelas da nossa nacionalidade, e ao máximo desenvolvimento do seu fomento, teve decerto a previsão de que horas amargas ainda viriam a soar para as colónias portuguesas, como as que no momento presente ellas estão passando, com a tremenda crise que as assoberba, crise que só será possível vencer pelo acção intelligente, ponderada e cautelosa do Estado, exercida por um funcionalismo de élites, recrutado en-

Problemas da Índia Portuguesa

Por JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

(Escritor e publicista. Antigo director da Imprensa Nacional de Luanda)

EM 1791, o douto catedrático e sábio orientalista William Robertson, depois dum profundo estudo

acêrca dos povos asiáticos e, muito especialmente, dos habitantes da península hindustânica, nos seus variados e singulares aspectos, dizia, o que hoje plenamente se confirma, que os hindús sem distinção de classes a que pertenciam, viveram, como na época do catedrático viviam, e ainda hoje tal sucede, sob os auspícios duma civilização bem diferente da civilização europeia, a qual não era, observada sob qualquer aspecto, superior a sua, se tivermos de aferir-la e ajuizá-la pondo em confronto o bem-estar coletivo e individual dos povos orientais e ocidentais — indús e europeus — fazendo comparações e deduzindo as necessárias ilações.

Vários povos estranhos ao continente asiático, por assim dizer, e em diversas épocas, sabendo da abundância em que se vivia na Índia, mantiveram com a península hindustânica relações comerciais, durante anos e séculos inteiros. A Índia nunca hesitava ante a necessidade de lhes fornecer o que faltasse nos seus próprios territórios, porque tinham de sobra no seu país.

Entre aqueles povos alguns houve, porém, mas poucos, que não contentes em manter o seu comércio pacificamente com a Índia, tentaram conquistá-la, não amparados na sua superioridade social, mas pelas armas. Os indús não reagiram, antes deixaram que o tempo, de per si só, se incumbisse de lhes mostrar a inanidade dos seus projectos dominadores, e fizesse ruir os frágeis castelos de ocupação intempestiva.

Assim succedeu a todos. Foram primeiro os macedónicos, depois os mouros, a seguir os portugueses, os holandeses, os franceses. Uns após outros, ou por iniciativa própria, ou em luta entre si, foram todos abandonando as sagradas terras de Brahmá.

Ficou só no campo a Inglaterra. Gandhi com os seus cânticos religiosos-sociais, perfumados de incenso místico, e Tagore com a música encantadora dos seus lindos poemas rústicos, pacificamente, serenamente, pacientemente estão a envolver a Verde Albion e aos seus exímios homens de Estado numa emaranhada teia, de que não podendo libertar-se terão de forçosamente cair em letargia, até ceder.

O tempo no-lo dirá.

Quanto aos portugueses — voltando ao mestre William Robertson — o douto crítico e filósofo prestando o maior

culto e toda a sua homenagem à arrojada empresa de Vasco da Gama, que descobriu o caminho marítimo para o Oriente, diz e

diz bem, que o êrro, o grande êrro dos portugueses, foi o de quererem ser além de simples mercadores também conquistadores, ambicionando um grande Império no Oriente, ou propriamente na Índia.

Afirma-se, e nós em as nossas obras históricas já o registamos, que Afonso de Albuquerque, tendo lido a vida e os feitos de Alexandre Magno, que um astuto mouro de Ormuz lhe ofereceu, tentou imitá-lo e até ofuscá-lo nos seus designios imperialistas, ideal patriótico sem dúvida, mas de difícil realização e de efêmera duração; como se provou.

Os alicerces em que assentava o Império Oriental, estudados sob diversos aspectos, eram pequenos e frágeis, para manter por largo tempo e magnificência um edificio erguido com tão minguados materiais. Portugal estava muito longe, e tinha, ao tempo, salvo êrro, uma população de pouco mais de 2 milhões de almas.

Muito mais prático, mais vantajoso e mais proveitoso para Portugal seria o contentar-se a ser tão somente celeiro e árbitro das riquezas do Oriente, como de facto o foi por espaço de cem anos, sem que nenhuma outra nação contestasse os seus direitos, ou com o receio de se defrontar com as suas aguerridas náus, ou ocupadas como todas elas andavam em guerras intestinas.

Mas as riquezas acumuladas pela nação portuguesa, em parte se empregaram para manter o Império Oriental, em parte foi para fazer o Brasil de hoje, para o qual o ouro preto da Costa da África era insuficiente, só por si, para desenvolver as terras virgens de Santa Cruz.

Mesmo a Europa, o Continente europeu inteiro, entrou na partilha das exquisitas especiarias indílicas, com tal fome de novidade, que, poucos anos decorridos, não sabia como saciar a ávida sede de ouro e prata dos filhos de Brahmá, quando a mão da Providência conduziu o nosso visinho espanhol para a América, e os seus exploradores descobriram as ricas minas do México e Perú, que passaram a fornecer, em abundância, o precioso metal que a Índia, em todos os tempos, como ainda hoje, guarda-o bem recolhido nos cofres fortes da sua proverbial economia e previdência.

É por vício, que o hábito de muitos anos em nós criou — confessámo-lo — que temos estado a fazer história, quando outro era o nosso intuito. Todavia essas conside-

tre os que tenham suficiente cultura que às colónias interesse como a que a Escola Superior Colonial ministra aos que por ela passam.

De resto, tanto se tem compreendido nos últimos tempos a absoluta necessidade de elevar o nível intelectual do funcionalismo das colónias, recrutando-o entre os que tenham provado ter suficientes conhecimentos dos que a Escola Superior Colonial ministra aos seus diplomados, que já em vários quadros coloniais se tornou

obrigatório o curso da Escola Superior Colonial para o provimento de muitos cargos desses quadros.

As enormes dificuldades que a crise actual criou nas colónias à sua vida económica e à vida financeira do Estado em cada uma delas, exige, de facto, que o desempenho da maior parte dos cargos nos quadros coloniais não seja confiado a colonialistas amadores, mas a profissionais, como tais devendo considerar-se os diplomados pela Escola Superior Colonial.

rações de ordem crítica não são de todo estranhas ao assunto que vamos ventilar, sem dúvida com pouca competência e experiência, mas que nem por isso deixará de ter interesse.

*

Afastando-nos da rotineira diatribe de que a Índia Portuguesa é árvore da argêntea *rupia*, cuja cotação oficial não atinge um cruzado e a bolsista a eleva a 7 escudos e picos, diremos que os problemas da Índia, da nossa Índia Portuguesa, são tão simples e duma singularidade tão diáfana que não carecem de muita ciência para os solver. mas unicamente de muita paciência para os enfrentar e resolver, sendo apoiado, claro está, da força emotiva de todo e qualquer empreendimento:

O déficit cerealífero! Eis o caso magno que atormenta a velha Índia Portuguesa dos vice-reis.

O principal alimento da população é o arroz. A principal cultura do país é o arrozal, tirante o coqueiro, que balouça orgulhoso a sua copa frondosa, demonstrando todo o seu valor, e reclamando que lhe aproveitem de todas as suas valiosas e úteis propriedades, aliás reconhecidas mas desperdasas.

Haveria o tal déficit ao tempo em que Albuquerque arrancou o território aos mouros, e aí se acomodou em boa camaradagem com os hindús, tendo como seu lugar-tenente o amável e lial Malhar Rau?

Creemos que não. Foram portanto os portugueses que criaram esse déficit da sua proverbial estimação. É portanto, um déficit histórico, o qual vamos procurar pesquisar, apresentando com êle veio pezar na balança financeira de Gôa.

Feita a conquista e lançadas as primeiras pedras do Império, vieram as Ordens religiosas. Foram para lá os dominicanos, os augustianos, foram os frades, os catequistas, os padres da congregação, e até foi a Inquisição. É todos de comum acôrdo, uns aos outros querendo exceder-se, por mal ou por bem, às duzias, aos montes,

aos cardumes, procuraram transformar os pacíficos mas diligentes filhos de Brahmã, em nirvânicas ovelhas da cristandade.

A obra foi boa? Foi má? Analisada sob aspectos religiosos foi ótima; mas sob ponto de vista social, foi péssima.

Os novos cristãos adquiriram, mercê dessa evolução religiosa, com o tempo, na segunda ou terceira geração, todas as qualidades dos portugueses, as boas e más, os seus vícios e as suas virtudes.

Esqueceram-se facilmente das divisões das classes, tão sabiamente impostas pela lei bramânica, a qual as obrigava a determinados mesteres. No seu novo estado de ser social, todos se ergueram para a classe mais elevada e única, a classe fidalga, a que todo o português no século XVI supunha pertencer, e também essas novas entidades tiveram a mesma mania... e os campos, férteis ubérrimos, que eram carinhosamente por êles amanhados e lhes davam fruto que sobrasse, que a nova qualidade social deles exigia, sem se importar com o excesso de que a Índia, desde os Himalaias até ao Camorim, se ufanava e satisfazia o mundo inteiro.

O governador geral sr. general Craveiro Lopes, onhecedor dêsse histórico déficit, que se patenteia aos olhos de qualquer mortal que passe pelos armazens da Alfandega de Nova Gôa, onde se vêem montes e montes de sacas de arroz com casca e sem casca, que das Índias britânicas nos vem, procura eliminá-lo, rompendo assim uma página nevoenta do história da Índia Portuguesa.

As medidas postas em vigor para êsse fim, decerto sugeridas pelo engenheiro-agrônomo Correia Mendes, que conhecemos ser um fêro agitador de ideias novas em todos os campos da sua actividade, ha-de produzir bom fruto se forem regadas com paciência e insistência, que afoguem a excelsa resistência passiva, que recalçitra contra inovações, contrárias á conservadora Índia dos tempos imemoriais.

Prosa bárbara

A propaganda das coisas coloniais, mais especialmente das que se referem a Angola, tem sido feita, de ha muito, atravez um prisma duplamente defeituoso: umas vezes impera nessa propaganda um exagerado otimismo que faz reviver em Eldorado, capaz de reabilitar todos os falhados da vida; outras vezes, domina o derrotismo fatalista, exagerando todos os males, pondo-os a nu, como se todo este admirável produto dum esforço titânico de algumas gerações, pudesse ter sido levado a cabo, só á custa de êrros... Num e noutro caso: — exagerado otimismo ou doentio derrotismo — predomina a acção ignorante duma boa parte daqueles que fazem em Portugal a propaganda das coisas coloniais, sem que os seus conhecimentos hajam sido cimentados quer por um justo e prudente critério, quer por uma análise demorada «in loco», dos factores multiplos desta vida tão caracteristica que é a vida colonial.

Já constitue quasi regra este facto corrente de qualquer vadio que por aqui passa uma vida ignorada e estéril, empacotar na hora de embarque para Portugal uma duzia de ideias sobre os momentosos problemas da Colónia, na mira infalível de as ir impingir aos incautos, para enfileirar assim no numeroso grupo dos bonzos coloniais que, pela sua fantástica ignorancia, tantas barbaridades atribuem a esta pobre Colónia.

O processo é sempre o mesmo: quando aqueles lugares de

A propósito duma conferência realizada na Sociedade de Geografia pelo ex-gerente do Banco de Angola, e membro da comissão de propaganda pró-colónias, sr. Virgílio Costa, transcrevemos do «Noticias de Huila» o artigo do ilustre director da Estação Zootécnica do Sul, Sr. Dr. Abel Pratas.

charlatanismo, como o largo de S. Domingos por exemplo, estão ocupados, o propagandista colonial não desanima: ali mais adiante, tem a Sociedade de Geografia, cuja direcção bondosissima como é, não nega, seja a quem for, a faculdade de expôras «ideias» que daqui vão empacotadas, as mais das vezes, num espirito imbecil, vêsgo ou pretencioso.

As conferencias da Sociedade de Geografia—salvo excêções honrosissimas—tem sido caracterizadas, no que diz respeito ás coisas coloniais, por uma pobreza de conceitos que arripia, e a continuar assim, teremos que lhe preferir—os que cá estamos tão longe, ávidos de noticias sólidas e concretas—o relato dos serões da pensão da Dona Mafalda...

* * *

Vem isto a propósito duma conferência que, segundo lêmos nos jornais, realizou naquela doua Sociedade, um tal sr. Virgílio P. Costa, sobre o tema «Um problema pecuário no sul de Angola».

Conhecemos essa conferência pelo relato do «Diario de Noticias», em extracto feito, certamente pelo proprio conferencista. Este relato dá-nos uma ideia, que deve ser bem pávida, da soma formidável de barbaridades de ordem técnica, que os tectos da Sociedade de Geografia ouviram firmes e quêdos, sabe Deus com que vontade de desabarem indignados sobre a avalanche de tolices.

(Continua na página 26)

PAGINA LITERARIA

Existe em Luanda um jardim, quasi zoológico, de rica fresca vegetal, plantado nas quebradas por onde se galga até à cidade alta, no qual adormecem em jaulas e cercados alguns exemplares — muito poucos — da exuberante fauna de Angola: Um jacaré condenado a imobilidade perpétua, por via de ruins pecados que come-teu, nos seus tempos de liberdade, em cata de sustento; um avestruz airoso de rica plumagem; alguns leopardos sonolentos e meia duzia de símios vulgares.

E' o ambiente brando e romantico, com as suas sombras recortadas e a sua luz coada atravez de espessa folhagem e constitue saboroso remanso no interior dessa Luanda quente, vermelha, de terras nuas e requeimadas pelo fogo solar. Cenário para histórias sentimentais, por consequência.

Por iniciativa não sei de quem, mas decerto de pessoa confiante na sociabilidade dos bichos ou dada ás experiências de que ás vezes resulta a fortuna de pacientes trabalhadores de circo ou a fama de circunspectos investigadores, apareceram um dia, na mesma jaula, destinados a fazer vida comum, um leão de tenra idade e um leitão apenas desmamado.

O leão era louro e engraçado, cheio de prendas infantis, inocente na lonjura em que ainda se encontrava dos seus instintos de féra. O porco era roliço, sedoso e, apenas tirado das tétas da porca sua mãe, ignorante de todo o mal que o pudesse levar a suspeitar de quaisquer más intenções do companheiro.

Durante as horas de calor dormiam ambos, muito chegados um ao outro — o corpo viril e nobre do leão de encantos á carne pacífica e bonacheirona do suino — e, de manhã, ou pela tarde, era frequente brincarem, o porco ás trombadas no leão, o leão sapateando o suino com carinhoso bom humor.

Tratava dos bichos um condenado que, talvez porque creara más relações com os homens, se afeiçoara aos bichos. Tinha o máximo cuidado em não lhes faltar com a comida a horas exatas, gosava ao vê-los retouçar uma boa camaradagem, e, quem sabe! repartia com eles tódas essas possibilidades de ternura que fazem parte da alma humana e que ele não tinha a quem dar, porque ninguem lha queria.

Isto durou cerca de dois anos — o tempo suficiente para fazer do leitão um opulento e anafado porco e do leão uma imponente féra.

No entanto, nunca a gordura apetitosa dum nem os instintos sanguinários do outro alteraram, em quer que fosse, a boa harmonia daquela estranha sociedade. Continuavam a dormir, confortavelmente, em contacto de pelagens, e se não brincavam tão frequentemente, é porque, mesmo entre os irracionais, o bom humor e o espírito folgazão decrescem com a idade.

Por deante da jaula passavam olhos deslumbrados pelo acontecimento e prelecionavam amargas filosofias de homens que não sabiam viver em tanta paz e tão acabada harmonia com os seus proprios semelhantes.

Um dia — esse dia que aparece em tódas as vidas como um bandoleiro numa encruzilhada de caminhos — o condenado que os tratava terminou o tempo de degredo e, saldada que foi a sua divida para com a sociedade, abalou para logares incertos.

Veio outro condenado para tratar os animais — com a mesma vestimenta de ganga, o mesmo número trágico impresso nas costas, o mesmo facies de intruso entre os homens.

Infelizmente, ou menos sentimental que o primeiro, ou mais encerrado nas suas próprias comédias interiores, o novo tratadór não sentia pelos bichos o mesmo carinho.

Acabaram-se as refeições a horas certas e a abundância tranquilisadora em que até então tinham vivido o leão e o porco.

Apareceram os maus dias de fome, de tristeza, da preocupação de quem não tem a garantia dum jantar.

Uma noute o condenado apanhou tão grande bebedeira que esteve dois dias sem dar de comer aos bichos.

O leão suportou heroicamente a fome um dia inteiro e mais tóda a manhã do dia seguinte.

Ferrado em profunda neurastenia deitou-se a um canto da jaula enquanto o porco, lamentavelmente triste, se recolhía a outro canto.

Mas a fome apertou e o pobre leão começou a ser tentado pelas formas roliças do compa-

nheiro. Dispertaram nele velhos instintos ancestrais e a sua biologia de féra dominou, como era natural, a sua sentimentalidade de camarada.

A' tardinha, desvairado, foi-se ao porco e comeu-o'

Até aqui decorre apenas a história banal dum leão e dum porco, tal como qualquer homem, desde Lineu a João Fernandes, a teria concebido.

Mas a história tem um complemento puramente sentimental — dessa sentimentalidade que o homem julga ser qualidade de *élite* exclusiva e inerente á sua espécie.

O leão ficou só. As delicias da gula satisfeita e da digestão, como tódas as delicias do físico, são efémeras e passam depressa. Notou então que lhe faltava o companheiro; lembrou-se, possivelmente, do seu focinho meigo e das suas caricias ternas — e entrou a entristecer.

Passava os dias, melancolicamente, deitado a um canto da jaula, e perdeu aquele mesmo apetite que o levava a comer o companheiro. Emagreceu, poz-se num estado miseravel, perdeu a altivez leonina do olhar, a arrogancia decorativa da juba — adoeceu de molestia sentimental.

Uma manhã foram encontra-lo na jaula, estiraçado ao comprido e sem ar de vida.

O leão tinha morrido com saudades do porco!

HISTORIA SENTIMENTAL DUM LEÃO E DUM PORCO

por ANGELO DINIZ

A CULTURA DO ALGODÃO NAS COLONIAS PORTUGUESAS

NECESSIDADE DA SUA INTENSIFICAÇÃO

por J. DA FONSECA FERREIRA

licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pela Universidade Técnica de Lisboa — finalista do Curso Superior Colonial

compreensão: em regra os componentes dessas empresas são, na sua quasi totalidade, fabricantes de tecidos de algodão. Qual a razão deste facto?

Uma vista de olhos sobre o quadro geral de distribuição da produção, por países, da rica malvaca de que nos estamos ocupando nos ilucidará facilmente. Se o consultarmos chegamos à conclusão de que três países são os grandes produtores de algodão: Os E. U. A. com cerca de dois terços da produção total, a Índia com cerca de 20% e o Egipto com 6%.

Sabendo nós que o Egipto produz um algodão superior de fibra forte, sedosa, que a industria inglesa emprega quasi exclusivamente em tecidos lustrosos e de melhor acabamento, e, não ignorando também, que a Índia já consome uma grande parte da sua produção, facil nos é concluir que o grande dominador dos mercados de algodão de todo o mundo é a America do Norte. O algodão é essencialmente um produto de especulação bolsista e, por este facto, encontra-se a industria europeia debaixo do receio permanente duma especulação que encareça o algodão que alimenta os seus fusos e é natural que deseje libertar-se desse pesadelo.

Foram os industriais ingleses — povo por excelência prático em todas as suas manifestações — que iniciaram o movimento *Pró cultura do algodão nas colonias* logo secundado por outros países coloniais.

Triste é confessá-lo. A este movimento tem-se conservado indiferentes os industriais portugueses que só muito recentemente parecem dispostos a arripiar caminho. Este desinteresse muito os tem prejudicado e à Economia Nacional. Bem alto o afirmam os numeros referentes à importação de algodão em rama referentes ao ano findo, em que só dos E. U. A. se importaram para cima de 12 milhões de quilos, no valor de cerca de 80 mil contos.

Perante a tremenda crise económica que as colonias portuguesas atravessam, nomeadamente Angola e S. Tomé, motivada em grande parte pela baixa de todos os seus produtos de exportação hoje, mais do que nunca, impõe-se um aumento de produção que se deve principalmente estender áqueles produtos que, como o algodão, contribuíram para o equilíbrio da balança económica da Metrópole evitando a saída, só com este produto, de aproximadamente de um milhão e quinhentas mil libras para o estrangeiro. A falta de um plano de conjunto da nossa administração colonial que pelo Ministério das Colonias fosse elaborado e a sua realização imposta aos governos coloniais, muito tem contribuído para que, neste caso como em tantos outros, permaneçamos no mesmo adiantamento em que estavam há algumas dezenas de anos apesar da iniciativa do Governo Português fazendo publicar o decreto n.º 11.994, há quatro anos já em vigor, mas que, ou por falta de cumprimento das suas disposições ou por outro qualquer motivo, o que é certo é que, a produção nas nossas duas grandes colónias de Angola e Moçambique, pouco tem aumentado em relação às enormes necessidades da nossa industria de tecidos. Por outro lado os nossos industriais algodoeiros tem até hoje seguido a lei do menor esforço: comprando a materia prima aos estrangeiros que, comodamente, lha põem à disposição em Portugal, a ponto de, por vezes, o preferirem ao algodão colonial.

Tem sido, sem duvida, a falta de concentração da nossa industria algodoeira a razão primordial do seu alheamento quanto a este importante problema, desinteressando-se da sua resolução prática, não se associando às empresas coloniais portuguesas que se dedicam a esta cultura, não promovendo também a formação de novas empresas para esse fim, a exemplo dos industriais estrangeiros. Torna-se portanto necessário, não só para este eleito mas

De ha muito que os varios países europeus que tem colonias andam empenhados no desenvolvimento da cultura do algodão nos seus dominios de Alem-Mar. Em quasi todos eles se formaram empresas para promover a sua cultura algumas delas dispondo de largos cabedais como, por exemplo, as inglesas. E, caso curioso, mas de facil

também para enfrentar a pavorosa crise que actualmente se estende com maior ou menor intensidade a todo o mundo, que a nossa industria algodoeira promova a sua concentração hoje, que em quasi todos os países predomina a ideia da concentração industrial, que é afinal uma parte do que actualmente se adoptou chamar *racionalização*. E' preciso que a nossa industria algodoeira — e isto é essencial até para a *reconquista* dos mercados coloniais quanto aos tecidos — procure concentrar nas mesmas mãos, desde a fiação à venda nos mercados coloniais, buscando assim nos lucros comerciais compensações para os prejuizos ou faltas de ganhos que tem, possivelmente, do lado industrial.

Só assim, com uma organização baseada nos moldes modernos e que trará como consequência lógica uma diminuição no preço de produção o que equivale a um maior poder de concorrência contra os produtos estrangeiros, tanto nos mercados coloniais como até no próprio mercado metropolitano, onde só no ano findo se importaram 86.728 contos de tecidos e fios de algodão estrangeiros, tendo como contra-partida a industria nacional exportado apenas no mesmo ano 23.099 contos de tecidos e fios de algodão, é que a industria nacional poderá ocupar o lugar que legitimamente lhe deverá pertencer.

Como pensar perante este quadro desolador na reconquista dos grandes mercados de Angola e Moçambique que, convencidamente reconheço, é absolutamente necessário que neles a industria nacional recupere a sua perdida supremacia?

E' preciso pôr de parte a monomania, verdadeiro circulo vicioso, de a proposito de tudo se implorar o favor pautal. Como — e muito bem — já o afirmou algures o grande Reconstructor das Finanças Nacionais Dr. Oliveira Salazar o favor pautal, por si só, não resolve o problema.

Essa protecção já existe e duma forma bem patente nas nossas colonias e, no entanto, forçoso é reconhecer que a industria algodoeira nacional vai perdendo terreno de ano para ano. Em Angola, aonde durante alguns anos manteve a supremacia, perdeu-a, não falando já em Moçambique onde a importação de tecidos de algodão nacionais é uma verdadeira miséria na quantidade e no valor.

Voltando a focar o problema da cultura do algodão nas colonias e antes de quaisquer outras divagações que o assunto sugira vou passar a pôr ante os olhos dos leitores desta Revista, o quadro geral da importação de algodão na Metrópole durante os ultimos 7 anos, organizado em face de dados que obtive na Biblioteca da Direcção Geral da Estatística, cujo boletim mensal, que com tanta regularidade se tem publicado estes dois ultimos anos, honra verdadeiramente Portugal.

Importação, na Metrópole, de algodão em rama

Anos	PROCEDENCIAS			TOTAL (a)	Valor (b)	
	Do estrangeiro	De Angola	De Moçambique		Em Esc.	Em £
1924	12.257	679	97	13.053	307	2.292
1925	13.880	636	59	14.575	186	1.905
1926	15.379	812	430	16.621	147	1.552
1927	16.107	436	284	16.827	135	1.418
1928	16.153	400	161	16.714	165	1.663
1929	15.399	697	250	16.346	158	1.580
1930	17.137	641	190	17.968	140	1.400

(a) Pêso em toneladas.

(b) Valores em milhares de contos e milhares de £.

Do presente quadro se conclue que a média da importação anual nos ultimos 7 anos foi de 16.015 toneladas, das quais se importaram em média do estrangeiro 15.187, cabendo apenas às nossas duas colonias produtoras uma média anual de 827 toneladas. Muito pouco como se vê.

Nota-se também que apesar da baixa que durante o ano findo se deu nas cotações do algodão o valor da importação do mesmo ano ainda orçou por cerca de 1.400 mil libras. Observa-se ainda que a importação em quantidade tende a aumentar o que decerto trará como consequência uma diminuição pouco sensível no valor da importação, continuando assim de futuro a pesar fortemente no desequilíbrio da nossa balança comercial. Urge, pois, que ao assunto se preste a máxima atenção de forma a conseguir-se que as nossas duas grandes colonias de Angola e Moçambique passem a produzir, se não todo, pelo menos a maior parte do algodão pre-

ciso para a nossa indústria. Certamente nesse aumento de produção cabe um grande papel à agricultura europeia colonial mas é sobretudo fomentando a cultura do algodão entre os indígenas que se conseguirá, num prazo relativamente curto, pôr fim ao déficit algodoeiro. Para se atingir esse fim foi publicado, como já referi, em 1926 o decreto 11.994 que na opinião do engenheiro agrônomo dr. Mota Furtado, Director dos Serviços de Agricultura de Angola, no seu interessante relatório sobre a cultura do algodão naquela colónia «deve ser observado rigorosamente em tudo o que respeita à cultura algodoeira».

São ainda do ilustre agrônomo as seguintes palavras: «As medidas ultimamente publicadas, fazendo reviver e actualizar a antiga legislação algodoeira de 1907, carecem duma execução frequentemente fiscalizada pelas autoridades administrativas e inspeccionadas por técnicos. Só assim se conseguirá atingir o fim em vista, evitando a extensão dos diferentes males que tornam tão contingente a cultura do algodão em Angola».

A Belgica, seguindo o caminho apontado, já conseguiu que actualmente o Congo produza 10.000 toneladas, ou seja um terço das necessidades da sua indústria. Foi principalmente fomentando a sua cultura entre os indígenas, na qual desempenharam papel primacial as autoridades administrativas, que conseguiu tal objectivo. Este esforço é tanto mais de apreciar se relembrarmos que a cultura no Congo Belga é feita no interior, a muitas centenas de quilómetros no litoral, na região do Cassai, o que até certo ponto encarece bastante o algodão obtido, pelas despesas que ocasiona até ao porto de embarque. Outro tanto não acontece em Angola onde as regiões produtoras ficam relativamente perto dos portos de embarque, havendo-as que distam apenas 8 quilómetros como sejam aquelas a que se refere o citado relatório, e que a seguir citamos. Continuando na apreciação da cultura do algodão na colónia citada e referindo-se à agricultura europeia diz ainda S. Ex.^a: «que nalgumas fazendas agrícolas se obtiveram produções animadoras, como por exemplo, na Granja Gloria e na Fazenda Tabi, distrito de Luanda, onde se obtiveram cerca de 1.000 quilos por hectare de algodão em caroço, sendo de 30 % a percentagem de algodão em rama o que, constitue uma boa produção em qualquer parte».

Em Moçambique tem-se obtido resultados animadores e sobretudo nos territórios de Manica e Sofala pena é que da sua produção pouco ou quasi nada venha para Portugal. A evolução da cultura do algodão nas nossas duas colónias produtoras tem sido demasiado lenta, ou melhor, tem-se mantido num marasmo capaz de fazer desanimar o mais paciente. Pelo quadro que segue se fará uma ideia perfeita do que tem sido essa evolução:

Colónias	1924	1925	1926	1927	1928	1929
Moçambique...	1.257.274	1.520.941	1.954.058	1.561.069	1.515.732	2.516.000
Angola	690.246	640.653	832.718	437.228	431.849	796.000

1) O peso é referente a quilogramas.

Calcula-se que a produção de Angola em 1930 tenha sido superior a 800 toneladas, devendo a de Moçambique exceder em pouco a de 1929.

Verifica-se do presente quadro e do que foi atrás transcrito que, embora a produção de Moçambique seja muito superior à de Angola, é esta última colónia a que maior quantidade de algodão envia para a Metrópole.

Deve-se áste facto à crescente desnacionalização do commercio exportador e importador de Moçambique. A cultura do algodão nestas colónias é já muito antiga. Anteriormente a 1907, em Angola, já se procedia à sua cultura, a qual era então levada a efeito por colonos que, do Brasil, para lá emigraram. Porém, só no tempo do Governador Couceiro, é que ela tomou incremento notável para o tempo. Depois da saída deste Governador a cultura do algodão estacionou e, depois, quasi acabou por desaparecer, a tal ponto que, em 1913, podia bem considerar-se extinta.

Neste ano a produção foi de 43 quilos por hectare!

Se se conseguisse que a cultura, em Angola, se tornasse extensiva a 50.000 hectares teríamos um rendimento considerável que podia elevar-se a 20.000 toneladas se fossem aproveitados os 100.000 hectares de terrenos virgens, disponíveis na Colónia, para a cultura do algodão. No quadro atrás verifica-se que a produção em Angola foi sucessivamente aumentando, embora muito lentamente, até atingir em 1926 para cima de 800 toneladas, o

que se deveu sobretudo à intensificação da sua cultura, levada a efeito pelos indígenas, estimulados pelo elevado preço que o algodão atingira no ano anterior. Nos anos seguintes e como consequência da aplicação do decreto 11.994 a produção desceu para 436 toneladas em 1927 e para 431 em 1928, para logo no ano de 1929, subir para cerca de 800, calculando-se que a produção em 1930 lhe seja um pouco superior, obtidas numa area cultivada muito menor que a de 1926. Em Moçambique (á parte os territórios de Manica e Sofala), na opinião dum tecnico inglês da especialidade parecem não existir aquelas condições necessarias para uma boa cultura algodoeira, de forma dar resultados ao capital empregado.

Opõe-se a esta doutrina a dos que afirmam que após a barragem do rio Limpopo a Colónia ficará com alguns milhares de hectares disponíveis e aptos para essa cultura. Ocorre perguntar: valerá a pena esperar que essa barragem se faça? Não será preferível e mais economico aproveitarem-se os terrenos para esse fim existentes em Angola? A resposta não pode deixar de ser afirmativa. Deverá pois ser para esta ultima colónia que deveremos desviar as nossas atenções de forma a chegarmos a resultados praticos e compensadores. O que se torna necessario é que todos nós nos compenhetemos da importância do problema e procuremos dar-lhe solução por todos os meios ao nosso alcance. No momento em que à frente da pasta das Colónias se encontra um Ministro que é ao mesmo tempo um economista distintissimo, é de esperar que da parte do Estado sejam facultados todos os meios legítimos tendentes a uma rapida solução do assunto, tornando-se, no entanto, necessario que, da parte dos nossos industriais algodoeiros, haja a compreensão nitida das vantagens que lhes advirão e à Economia Nacional, se seriamente se interessarem pela vida das empresas que nas colónias se dedicam à cultura do algodão. O Estado por si só não pode fazer milagres. Simplesmente lhe compete facultar os meios considerados indispensaveis e justos para a solução do problema. Concluindo passarei a expor as conclusões a que cheguei e que julgo serem as precisas para que de vez entre no caminho das realizações praticas o problema da cultura do algodão nas Colónias:

- Cumprimento rigoroso em tudo o que respeita à cultura algodoeira dos preceitos estabelecidos no decreto 11.994;
- Intensificação da cultura do algodão entre os indígenas, promovida pelas autoridades administrativas que distribuiram as sementes por aqueles, fazendo, ao mesmo tempo, uma intensa propaganda das suas vantagens;
- Fiscalização rigorosa por parte dos técnicos das plantações indígenas e europeias;

d) Concessão, por parte dos governos coloniais, de premios de produção às autoridades administrativas que adentro da area da sua jurisdição conseguissem maiores produções, a exemplo do que se tem feito em colónias estrangeiras;

e) Intensificação e desenvolvimento das culturas europeias, devendo o Estado por intermedio do Banco de Fomento conceder o auxilio julgado necessario áquelas empresas existentes e que a esta cultura se dedicam;

f) Formação de novas empresas organizadas pelos industriais algodoeiros devidamente associados para esse fim, ou então interessarem-se pela fusão e fortalecimento das já existentes, financiando-as e promovendo o seu desenvolvimento, evitando assim que num futuro próximo os agricultores coloniais de algodão se associem para a fundação de fábricas de tecidos nas Colónias;

g) Reservar, desde já, parte do mercado nacional para o algodão colonial, fixando a quantidade que, anualmente, deveria ser importado das colónias com direito a um bonus compensador na importação, quantidade que deveria ir aumentando gradualmente em cada ano, de harmonia com o aumento de produção e com as necessidades financeiras do Estado; e finalmente

h) Manutenção, por parte do Governo, das vantagens concedidas à importação de maquinismos e sementes nas Colónias e quanto aos direitos de exportação estabelecidos no decreto 11.994, de 1926.

Correu ultimamente, com insistência, o boato duma próxima fusão entre as duas companhias portuguesas de navegação para as Colónias, boato que o Presidente do Conselho de Administração da Companhia Nacional já desmentiu terminantemente na imprensa diária. Não nos interessa a questão no seu aspecto de *mexerico* da Rua dos Capelistas, nem apurar os motivos que deram origem ao boato.

A navegação portuguesa para as nossas Colónias é problema de importância muito superior na sua economia e desenvolvimento para que valha a pena perder tempo e encara-lo nos seus aspectos inferiores.

Ignoramos até que ponto o boato tem ou teve fundamento, mas seja como for, a hipótese duma fusão de companhias é caso para ser encarado com atenção não só pelo Estado, como orientador e coordenador da nossa actividade económica, como também por todos aquêles a quem o problema colonial preocupa.

O Ministério das Colónias por decreto n.º 19.193 de 3 de Janeiro do corrente ano, por consequência, ainda da autoria do anterior ministro, concedeu várias facilidades às empresas coloniais, com sede na Metrópole ou em algumas das colónias portuguesas de Africa, que se fundissem para a formação de organismos económicos mais sólidos. Este decreto tem um único considerando que diz: *Considerando que na presente crise universal, é preciso facilitar a fusão de empresas coloniais para concentração e aperfeiçoamento da administração e serviços e obtenção de melhores condições de crédito.*

Quer dizer: Em princípio—e em princípio que é indiscutivelmente sólido e inteligente—o Estado só patrocina e promove a fusão de Companhias quando dessa fusão possam resultar organismos económicos mais robustos.

E aqui se põem as considerações que nos sugeriu a hipótese duma fusão entre as nossas duas companhias de navegação para as colónias.

Contribuirá realmente para a formação dum organismo económico sólido capaz de assegurar ao país, aos carre-

A Navegação Nacional para as Colónias

gadores e à economia das Colónias uma situação mais perfeita que a presente, a fusão de duas companhias que exercendo, embora, a mesma indústria tem fisionomias administrativas tão diversas: uma exclusivamente industrial de navegação, a outra fortemente ligada e interessada em explorações agrícolas e industriais, e por

consequência, concorrente, em parte, dos seus próprios clientes?

Mas além deste ponto ha outro que interessa encarar e que é aquêles que mais importa à economia das Colónias.

Estarão as duas companhias em situação de virem a constituir um organismo económico mais forte pelo simples facto da sua fusão?

Parece-nos que a concentração industrial não pode fazer-se ao acaso e que para ser eficaz é necessário que as parcelas que a vão formar sejam de si, pelo menos, organismos sãos. Isto quer dizer que a perspectiva duma fusão das Companhias portuguesas de navegação só pode ser encarada com optimismo uma vez que se demonstre que a situação actual de cada uma delas não é de molde a enfraquecer insanavelmente a situação da outra, porque em caso contrário não só não caminharíamos para a constituição dum organismo económico mais forte, como também — e aí é que está o perigo — corríamos o risco de ver destruídas uma e outra.

Enfim, o Governo nomeou uma comissão para estudar alguns problemas económicos que interessam à situação das companhias de navegação para os coloniais.

Essa comissão, decerto, não deixará de tomar como base dos seus trabalhos o conhecimento profundo e imparcial da situação de ambas as companhias.

De resto tem um exemplo recente a servir-lhes de ponto de referência: O grupo da «Royal Mail» cuja concentração se tinha feito com aquela leviandade própria do período «post-guerra», acaba de eliminar do seu seio todas as Companhias cuja situação precária estava comprometendo seriamente o conjunto.

Efeitos salutareos da crise economica

Num dos ultimos numeros do bi-semanario belga «L'Essor Colonial et Maritime» transcreve-se uma parte do relatório sobre o orçamento do Congo, redigido pela Comissão Senatorial da Colónias.

Nesse relatório que começa por uma exposição sobre os efeitos da crise economica, com a situação dos elementos de facto que a caracterizam, atribuem-se a esta um certo numero de beneficios provocados pelas *reações salutareas* a que deu lugar.

1.º A crise pôz termo á procura exagerada da mão de obra indigena, procura que estava ameaçando a conservação e o desenvolvimento de raças que constituem a maior riqueza da Colónia. Os indigenas tê-la-hão como um acontecimento feliz.

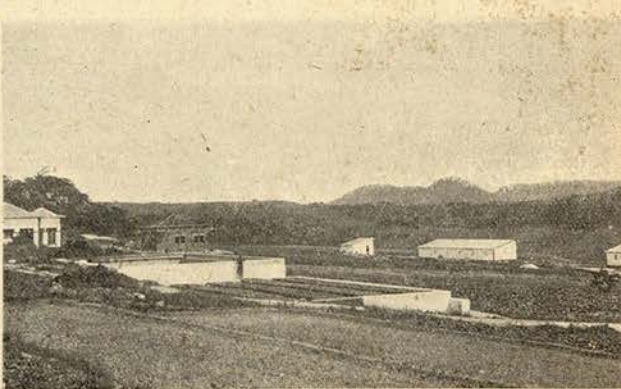
2.º A crise permitiu experimentar a solidez da armadura economica colonial da Belgica. Os organismos economicos reduziram os seus gastos gerais e, duma maneira geral, tem suportado a crise.

3.º A crise deteve a subida vertiginosa das despesas publicas e permitiu fazer a reforma da Administração Colonial, ha tanto tempo desejada, terminando com abusos que mereciam a desaprovção de toda a gente: Multiplicação exagerada dos serviços, manutenção duma força pública exagerada, despesas de obras publicas, o luxo de certos estabelecimentos officiais, etc. etc.

4.º A crise vem provocar uma participação mais intensa por parte dos indigenas nas empresas dos brancos e na Administração Pública da Colónia.

5.º A crise permitirá avaliar a qualidade do sistema fiscal applicado ao Congo.

Estação Zootecnica da Humpata



Novas instalações

CAÇADORES DE ANGOLA



Um elefante morto pelo grande caçador Teodosio Cabral, antigo Fiscal Geral da Caça da Colónia

A baixa dos produtos coloniais tem perturbado tão gravemente o orçamento de muitas colónias que tem havido um desanimo profundo desorientar as directivas a tomar para atenuar a crise.

Um dos países mais atingidos tem sido a Austrália cujas exportações durante o ano fiscal de 1930 baixaram em 200 milhões de dollars em relação ao ano anterior, por motivo, sobretudo, da baixa do trigo e da lã.

Este estado de cousas criou uma situação grave para o dollar australiano que baixou 30% em relação à libra inglesa.

O desequilíbrio é tal que é difficilimo, para a maior parte das casas comerciais de reconhecida integridade, obter libras, o que vem dificultar extraordinariamente a exportação da Inglaterra para a Austrália.

Entre Julho e Novembro de 1929, a Austrália importou 50.778.000 libras, ao passo que durante o mesmo período de 1930 a importação não excedeu 27.212.000.

É interessante o estudo desta situação pela semelhança com a situação das relações actuais entre Angola e a Metrópole e descrever algumas medidas que foram tomadas pelo governo australiano para atenuar a crise do seu país.

O governo australiano pediu à Inglaterra para lhe fazer uma consolidação de todas as suas dívidas ao juro de 3% numa base semelhante à consolidação da dívida de guerra inglesa à América. Ao mesmo tempo reduzia ao mínimo as despesas de administração e eliminava, na medida do possível, os cargos públicos, reduzindo ainda os salários em 10%.

Para animar a produção e atenuar a crise, o governo garantiu um mínimo de 75 cent. por bushel aos exportadores a exemplo do que já tinha feito a União Sul Africana.

Em Angola, até agora, os esforços realizados para combater a crise, teem-se conservado desordenados e sem programa, sendo todavia de considerar a notavel entrevista concedida pelo professor Armindo Monteiro, actual Ministro das Colónias, ao «Diario de Notícias» em 12 de Janeiro no seu regresso de Angola e na qual, pela primeira vez, desde a eclosão da crise se afirma um nítido espirito de compreensão dos males que afectam Angola.

O sr. doutor Armindo Monteiro, considerará indispensavel ir para um equilibrio orçamental nas despesas ordinárias da Colónia e tudo nos leva a crer que o seu programa de saneamento financeiro assentará, em bases semelhantes àquelas que foram adotadas na Austrália.

O ponto de vista que defende a imposição de pautas excessivamente proteccionista sem favor da industria nacional, sobre o pretexto de ter a Colónia custado à Metrópole 700 mil contos parece-nos discutivel, visto que o primeiro passo a dar para transformar Angola num país capaz de absorver os produtos

CARTA DE ANGOLA

nacionais, deve consistir em tornar a sua moeda — que apenas existe por força duma convenção — em moeda convertível.

A idéa do sr. Velinho Correia, da criação de uma moeda única na Metrópole e em Angola, parece-nos uma solução de pouco senso, porquanto o valôr reunido das exportações desvalorizadas da Colónia

e de Portugal, é insufficiente para manter a estabilidade do nosso câmbio.

As causas principais de desequilíbrio do escudo de Angola são devidas à procura constante de libras, dollars e escudos metropolitanos, para pagar os dois produtos de importação mais importantes de Angola — os carburantes e os tecidos — pondo de parte, é claro, as transferências de dinheiro feitas por funcionários públicos.

Teem sido apresentadas ao Governo várias soluções para a adopção dum carburante nacional. Esta questão é, em nossa opinião, da mais alta importância e tem que ser rapidamente estudada.

Quanto aos tecidos de algodão, o valôr da importação total, em 1928 foi de 62.650 contos, número que deve ter ascendido pela previsão que as estatísticas do primeiro semestre de 1929 permitem, a cerca de 75.000 contos.

É impressionante a forma como a indústria nacional vai perdendo terreno em frente do estrangeiro, por motivo dum «dumping» visível, porquanto a nossa participação na importação de Angola que era ainda em 1925 de 60% das importações totais de tecidos de algodão tem baixado nos anos seguintes para 48% e 35%.

Que fazer?

A solução pautal exclusivamente é uma arma de dois gumes numa Colónia como Angola, bem dotada de estradas, com fronteiras terrestres enormes, 14 vezes maior que a Metrópole. O contrabando seria tanto mais remuneradôr — dadas as facilidades geográficas de que dispõe — quanto mais larga fosse a protecção. A única solução para nacionalisar a indústria de tecidos, parece pois consistir em instalar na própria colónia as indústrias transformadoras do algodão e intensificar a sua cultura nas zonas para tal aconselhadas, o que qualquer empresa portuguesa poderia tentar com amplo exito, uma vez que dispusesse de condições de estabilidade para se estabelecer.

Seriam desta forma evitados, ao mesmo tempo, a desnacionalização do consumo e a importação ilícita contra os quais a protecção pautal nada pode, nas condições actuais.

Luanda, Fevereiro 1931.

J. B.

A propósito da importação de gado bovino

por VENANCIO GUIMARÃES

OS dias tristes, amargurados, que está vivendo a nossa muito portuguesa provincia de Angola, levaram alguns criadores de gado a procurar o mercado de Lisboa, enviando para aqui umas centenas de rezes, que estavam muito longe de contribuir em 10% para o abastecimento da cidade, no pretérito ano de 1930.

A celeuma levantada em torno dessa importação teve foros de acontecimento sensacional, quando tratada em uma reunião da Associação Central de Agricultura, onde o Sr. Dr. Nunes Mexia, presidente da direcção daquela prestimosa colectividade, atacou a Câmara Municipal de Lisboa, afirmando que os bois de Angola eram «importados em regime de privilegio de preços e condições de consumo».

O presidente da Comissão de Serviço de Abastecimento de Carnes, Sr. Dr. Filipe Cayolla, no «Diário de Lisboa», de 11 de fevereiro, demonstrando, de maneira irresponsável, que o Sr. Dr. Nunes Mexia não tinha razão nas suas afirmações, exgotou o assunto, a que não valeria a pena voltar, se este caso não andasse estreitamente ligado a outros e não nos viesse revelar um grave sintoma, já anteriormente constatado, de desamor, diremos mesmo de desdem, por Angola e por aqueles portugueses que lá trabalham.

O Sr. Dr. Nunes Mexia, ao bater nos pobres bovideos de Angola — não olhando a que eles pertencem a criadores portugueses, são transportados em caminho de ferro português e em navios portugueses, pagam direitos a alfândegas portuguesas — levou a sua crueldade a ponto de pedir uma mais que infima classificação para a sua carne, esquecendo-se de que esses bois concorrem a mercados estrangeiros, onde o seu consumo é muito maior do que em Lisboa, e de que as suas apreciações, pelo menos injustas, podem concorrer para nos fechar alguns mercados que muito teem custado a conquistar, e a que não faltam concorrentes de outras nacionalidades.

Cabe aqui dizer que o Sr. Dr. Nunes Mexia, nome merecidamente respeitado, antigo Ministro, não é a primeira pessoa categorizada que se ocupa de Angola, e dos portugueses que lá trabalham, no tom despreciando por que S. Ex.^a o fez na Associação Central de Agricultura.

O Sr. Marques Guedes, consagrado financeiro, antigo Ministro, em 23 de dezembro ultimo, no «Primeiro de Janeiro», de que é um dos directores, a proposito de um pedido de concessão para a montagem de uma fábrica de tecidos de algodão em Angola, defendeu o critério de que a Colónia se deve limitar a produzir as materias primas de que a indústria metropolitana carece, devendo ser-lhe vedada a montagem de qualquer industria nova, «mesmo que não peça privilegios e isenções para a sua laboração».

O Porto, naquela competição que tão cara era ao saudoso Gouvarinho, não deseja ficar atrás de Lisboa, e assim é que vimos, ha pouco tempo, numa reunião, propôr que fosse proibida a importação de milho de Angola, e ha menos tempo ainda, na Liga Agraria do Norte, um dos oradores, que-

rendo resolver o caso bicudo da crise da lavoura, como vulgarmente se diz, em duas palhetadas, propôs «que na representação a enviar ao Governo se peça pura e simplesmente a supressão da importação de produtos que façam concorrência aos nossos produtos agricolas».

Do que deixamos dito pode concluir-se que os portugueses se dividem em duas categorias:

Os «eleitos», habitando esta formosa ponta do continente europeu, ocupados em produzir, de forma e geito a que auferam um lucro remunerador para a sua produção;

Os «réprobos», atirados para as colonias, a quem se permite que concorram aos mercados da Metropole, com a condição, porém, de não perturbarem, nem ao de leve, o negocio dos «eleitos». (Parece que ainda ha outra categoria de portugueses: — os consumidores, mas a esses, pelos vistos, só incumbe o papel de pagar).

Ora, com franqueza, o tratamento de «nação menos favorecida» aplicado a Angola é uma injustiça com que urge acabar, não vá aparecer algum Staline do Ribatejo que lhe imponha um «plano quinquenal».

Esquecem-se lamentavelmente os que dizem, como o Sr. Dr. Nunes Mexia, que em Portugal se faz a politica de vestir as colonias «pondo-se a Metropole de tanga», de que em Angola já nem tanga se usa, e que os decantados milhões ali gastos, em grande parte devem ter revertido á origem, não se vendo traduzidos, pelo menos na fortuna particular (que não existe), os seus efeitos beneficos.

O que aquela muito portuguesa provincia de Angola representa para a Metropole pode ver-se, sem lupa, no *deficit* de coberturas do Banco de Angola: quanto vin-tém se pode apurar, logo é transferido para Lisboa, logo reverte á origem, vindo beneficiar a economia metropolitana.

E quando pensamos que, para Angola produzir rapidamente as 17.000 toneladas de algodão, que a Metropole anualmente adquire do estrangeiro, lhe bastaria um regimen «atenuadamente» parecido com o que aqui se adota para a cultura do trigo, quando pensamos que esta cultura, como ha pouco vimos escrito, «custa anualmente ao consumidor centenas de milho de contos» doe-nos o uso que se está fazendo de Angola, reduzindo ás miserias funções de párias os portugueses que lá trabalham.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Colónias e protectorados estrangeiros

BECHUANALANDIA

Finanças — O rendimento total do ano financeiro que findou em 31-3-1929 elevou-se a 142.246, o que corresponde a um aumento de £ 5.684 sobre o ano antecedente.

Produção — A exportação de gado destinado aos matadouros de Johannesburg elevou-se a 8.316 cabeças. A exportação total, incluindo o que seguiu para outras regiões, foi de 16.846 cabeças de gado. O numero de cabeças exportado para Angola (!) diminuiu de 2.752 para 1.106. A exportação de peles de animais selvagens foi de 59758 arrateis no valor de £ 14.052. Exportaram-se de marfim £ 764.

Devido á falta de chuvas foi quasi nula a produção de algodão. A produção de nata foi de 445.648 arrateis contra 458.747 em 1928. A produção indigena marca um acrescimo de 47.209 arrateis no valor de £ 2.983, a produção total indigena em 1929 foi de 114.160 arrateis contra 66.951 no ano anterior.

A produção de queijo foi muito pequena.

Comercio — Não houve grandes modificações no valor das mercadorias importadas que foi em 1929 de £ 237.674. Importaram-se £ 17.539 de cereais. O total da exportação foi de £ 292.702 contra 318.057 no ano anterior. Teve pois o Protectorado um saldo sobre as importações de £ 55.028.

Justiça, Policia e Prisões — O número de causas julgadas foi de 518 contra 1.090 em 1928.

Trabalhos publicos — O programa dos trabalhos públicos para 1929 foi inteiramente realizado. 45 milhas de *clotúres* foram construídos pelos caminhos de ferro da Rodésia.

Saude Pública — A saude publica teve uma melhoria notavel sobre o ano antecedente. A malaria não apresentou caracter epidemico, continuando a syphilis a fornecer o maior numero de doentes. Deram-se 250 casos de escurbutu. Nenhum caso de peste.

Ensino — As escolas para crianças europeias foram frequentadas por 250 alunos, as duas escolas para crianças de cor foram frequentadas por 48 alunos e as 90 escolas para indigenas tiveram uma frequencia de 7.000 alunos em 1929.

As escolas indigenas são subvencionadas pelo Fundo indigena e são controladas por um comité. O Código do Ensino actualmente empregado na Bechunalandia é o mesmo que é empregado pelo «Cape Provincial Educational Department».

Terras e Agrimensura — Dez herdades de 1.000 hectares cada uma e uma de 5.000 foram concedidas pelo Governo a europeus mediante uma renda anual de £ 5 para as primeiras e de £ 25 para a segunda. A agrimensura demarcou todas as terras do territorio excepto daquelas que foram concedidas a sociedades ou a particulares.

Trabalho indigena — Nenhum trabalhador indigena foi importado para serviço no território.

Veterinaria — Nenhum caso de pleure-pneumonia foi constatado durante 1929 foram vacinadas 70.000 cabeças de gado contra o atraz antes de serem exportadas.

Diversas — A agua caída durante a estação das chuvas de 28 1929 foi pouca, o que ocasionou o enfraquecimento dos varios cursos de água, facto que está preocupando o Govêrno do territorio.

NOTA — Nos numeros seguintes continuaremos a dar noticia da situação das colonias estrangeiras, sobretudo daquelas cuja posição mais interessa ás nossas.

A colheita do milho na Africa do Sul

A colheita de milho em 1930 na Africa do Sul elevou-se a 22.507.155 sacos. E' ligeiramente inferior á previsão publicada pelo Departamento da Agricultura, mas excede em quatro milhões de sacos — e isso é que constituiu o ponto interessante — a colheita precedente. Deduzido o consumo local, a colheita deixa disponiveis para a exportação dez a onze milhões de sacos dos quais ha três milhões por exportar.

PORTUGAL COLONIAL

Milho. Prêmios de Exportação

O Governo de Kénia concedeu um subsidio de 108.000 £ destinado a dar aos produtores de milho um prémio de exportação de 2 sh. por sacco. Este prémio é recuperavel por uma taxa sobre o milho consumido no paiz.

Como consequencia desta medida as plantações de sisal que empregam cêrca de 12.000 indigenas viram as suas despesas de alimentação do pessoal agravadas pelo aumento do preço do milho e o sisal, naturalmente, aumentou por sua vez o seu preço em 10 sh. por tonelada.

O orçamento colonial da França

O «Temps» comentando a forma elevada como foi discutido no Parlamento o orçamento das colonias, escreve algumas palavras que devem ser meditadas como um exemplo por todos os povos que tem vastos territorios coloniais e que precisam administrá-los, pondo de parte todos os elementos inferiores duma politica de dissociação:

«Sentese que as questões relativas ao nosso império de alemar, ainda ha pouco tidas como secundarias, são hoje consideradas como essenciais pela grande maioria da representação nacional. A maior parte das intervenções que, no decurso deste debate tiveram logar no Parlamento revelam uma documentação sólida e, por vezes, de vistas largas; primam sobretudo pelo desinteresse ao contrário do que se passa — deve dizer-se! — com a discussão de certos outros orçamentos em que os oradores só pedem a palavra para pedir concessões de créditos a corporações particulares, em risco de comprometerem, sem contra partida, o equilibrio orçamental. Regosijamo-nos por ver que o orçamento das colonias é, de facto, discutido tendo em vista o interesse geral».

IMPRESA ESTRANGEIRA

Uma Colonia italo-alemã em Moçambique

A Liga Colonial Alemã, no jornal «Ferner Erde» batendo-se pela necessidade de conceder colonias á Alemanha e Italia, sugere num dos ultimos numeros a idéa do estabelecimento duma colónia italo-alemã em Moçambique, no território que foi ocupado pela Companhia do Nyassa.

Mercados de algodão

O principal mercado do algodão, na Europa, é Liverpool. Seguem-se pela sua ordem de importancia, Bremen, Havre, Milão, Barcelona, Manchester, Rotterdam e Anvers. O mercado mais importante de todo o mundo pela grandeza das suas transações fica situado na America do Norte — Nova York.

Em qualquer dos mercados a cotação proeminente é o *fecho dos futuros*, isto é, o valor que o algodão terá passados um, dois, tres meses, e que é dada nas listas, editadas pelas bolsas citadas, com a cotação deste produto.

E' possivel, por isso, comprar-se ou vender-se nas Bolsas fazendo um contracto sobre os *fechos futuros*; neste caso, o algodão só é entregue na data futura em que se baseou a cotação *base do contracto*.

O algodão é essencialmente um producto de especulação bolista.

No mercado de Liverpool o algodão é vendido na base da £ esterlina, mas o comercio adoptou o sistema decimal dividindo o *penny* em cem partes iguais chamadas *pontos*: 25 pontos correspondem, pois, a um quarto de *penny* e cem pontos equivalem a um *penny*. Na America do Norte o algodão cota-se em *centes* por £ que como a palavra indica, é uma centésima parte da £. Em França cota-se em *francos* por 50 quilos; na Holanda em *centes*

por meio quilo; na Alemanha em *marcos* por meio quilo; em Portugal em *escudos* por quilo.

As cotações referem-se a algodões com o comprimento de fibra de uma polegada a uma polegada e meia e dezesseis centésimos, que variam, todavia, conforme o comprimento das fibras. As qualidades duma consignação ideal de algodão são: Uniformidade de comprimento e diâmetro das fibras; limpeza e não existência de impurezas; boa maturação; força ou resistência das fibras; e, finalmente, a quantidade. Parecerá á primeira vista que não será de importância o factor *quantidade*, mas é-o, porque o fabricante comprador de algodão prefere comprar cincoenta ou cem fardos do mesmo tipo, que comprar, por exemplo, só quatro fardos. Por esta mesma razão são mais bem pagas as grandes partidas de algodão.

Na Bolsa de Nova York, os contratos de venda mínimos são de cem fardos.

O Comércio de Portugal com as suas colonias, referente a alguns produtos, nos ultimos dois anos

Para os 147.758:226 quilos de trigo, no valor de 153.157.029\$00, que Portugal importou no ano de 1929 contribuiu a nossa Colónia de Angola com 2.438:816 quilos. Em 1930 dos 147.395:982 quilos, no valor de 153.446.388\$00, que foram importados couberam áquella nossa colonia 4.428:202 quilos. É interessante notar que, na sua maior parte, todo este trigo é proveniente de culturas indígenas, aos quais tem sido distribuídas sementes pelas autoridades administrativas que, inteligentemente, se têm esforçado juntos dos indígenas no sentido de que de ano para ano eles aumentem a área cultivada de forma a conseguir-se uma produção sempre crescente.

Portugal importou nos anos de 1929 e 1930 respectivamente 41.192:509 e 42.703:791 quilos de arroz, no valor de 61.695.606\$00 e 60.787.751\$00, tendo as colonias portuguesas contribuído para essa importação com as quantidades seguintes: (em quilos)

	1929	1930
Angola	79.159.....	212.104
Guiné.....	5.536.....	261.841
S. Tomé e Príncipe..	10.....	10
Moçambique.....	839.....	558
Índia Portuguesa....	21.255.....	—
Total.....	106.799	474.513

A Metrópole importou nos mesmos anos, respectivamente 3.786:390 e 5.056:534 quilos de café, no valor de 28.188.984\$00 e 22.882.173\$00, tendo sido, das colonias, importadas as seguintes quantidades, em quilos:

	1929	1930
Angola	2.380:317.....	2.982:601
Cabo Verde.....	9:975.....	91:716
Guiné.....	76.....	2:043
S. Tomé e Príncipe..	167:832.....	162:042
Moçambique.....	1:507.....	3:389
Macau e Timor.....	5.....	19
	2.559:612	3.241:810

Por estes numeros se verifica a relativamente fraca importação para consumo, de café, comparada, por exemplo, com a importação para o mesmo fim de algodão em rama nos mesmos anos que foi, respectivamente, de 16.346:020 e 17.968:261 quilos, no valor de 157.515.625\$00 e 139.819.152\$00, e pena é que assim aconteça. Ao passo que na importação o café ocupa o 1.º lugar em relação á importação estrangeira, outro tanto, infelizmente, não acontece com a importação do algodão em rama para a qual as nossas, colonias apenas contribuíram com umas escassas 946 toneladas em 1929 e com 730 em 1930.

Contrabando de ópio

A policia sul africana descobriu uma grande quadrilha de traficantes de opio e outros estupefacientes que trabalhavam por conta dum Sindicato que tentava introduzir na União enormes quantidades de opio. Os contrabandistas, perseguidos, refugiaram-se em Moçambique.

Uma ponte sobre o Zimbéze

A construção duma ponte sobre o Zimbéze a cerca de 350 metros da foz foi integrada no grandioso projecto de valorização duma parte da Africa Central reunida ás regiões do Sul. Por meio desta ponte ficariam ligados, os arredores do Nyassa, a oeste da fronteira de Moçambique com o nosso pórtio da Beira.

Tabaco

— «O Farmer's Bulletin» n.º 575 insere um artigo tecnico sobre a cultura do tabaco tratando da preparação da folha, escolha de terreno e clima, zonas em que podem produzir-se os diferentes tipos de tabaco, métodos de cultura, transplantação, colheita, para cada um dos tipos mais importantes em que a cultura de tabaco é praticada.

Aviação colonial

O serviço postal aéreo Londres-Egito-Este Africano foi inaugurado em 28 de Fevereiro.

Ministro belga das colonias

Consta que o Ministro Gaspar abandonará brevemente a sua pasta. É indigitado para lhe succeder o Conde Carton de Wiart.

A administração do Congo Belga em 1929

(De *L'Essor Colonial et Maritime*)

O relatório apresentado pelo Ministro das Colonias sobre a administração do Congo Belga durante o ano de 1929, insere os seguintes dados:

Pessoal colonial — Entre os 793 funcionários previstos pelo orçamento de 1929, houve 746 em serviço electivo ou no gozo de licença graciosa. Foram recrutados 25 administradores, dos quais 11 eram diplomados pela *Universidade Colonial*, e 54 agentes territoriais.

As vagas elevaram-se a 85.

População indígena — Pelos trabalhos de recenseamento em 31 de Dezembro de 1929 estabelecia-se:

Congo Kessal — 2.793.864.

Equador — 1.681.293.

Katanga — 1.202.210.

Provincia Oriental — 3.872.636.

Total: 9.549.636, dos quais 8.674.086 recenseados.

Prevê-se que o recenseamento completo esteja concluído em 1932.

O número de europeus elevou-se a 25.679.

Organização local — Os territorios em que os postos estão definitivamente organizados multiplicam-se. Nestas regiões, a administração esforça-se especialmente em reforçar o prestigio dos chefes tradicionais, reintegrados nos seus direitos habituais, desenvolver as instituições indígenas e criar organismos novos tendentes a acelerar a evolução dos indígenas para um estado mais perfeito.

A colaboração com os chefes indígenas será generalizada á medida que estes adquirirem as aptidões necessárias.

Graças aos seus orçamentos privativos as circunscrições possuem hoje um pequeno apetrechamento de material mecanico dos centros de cultura. Melhoram as condições higienicas dos indígenas pela criação de dispensários e compra de medicamentos. Estabelecem escolas rurais e mesmo escolas profissionais.

Tribunais indígenas — O controle incessante que reclama o bom funcionamento dos tribunais indígenas impõe um grande esforço ao administrador territorial que nem se pode dispor de tempo para isso. Um outro obstaculo resulta da penuria de indígenas suficientemente civilizados para preencherem as funções de *greffier*.

Em geral os julgamentos das jurisdições indígenas são caracterizadas pela equidade.

Gêneros Coloniais = Cotações nos principais Mercados

Bolsas:	Paris (Francos)		Amsterdam (Florins)		Nova York (centos por £)		Londres (Shillings)		Buenos Ayres (Dollars)		Anvers (Francos)		Havre (Francos)		Lisboa (Escudos)		Tendencias	
	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	1-3-30		1-3-31
Cacau fino	100 q.	89.675	100 q.	246-75	1 lb.	6 1 8-6 1 4	Cwt	46-52	—	—	—	—	—	—	15 qos.	64.00	35.00	Tranqüila
» paiol	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	54.00	25.00	»
» escolha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	32.00	17.00	»
Café	—	—	50	21 7 8	1 lb.	6 5 8-6 3 4	Cwt	90-150	—	—	1 q.	8.20-8.70	50 q.	226 3 4-229 1 4	»	—	—	Negocios lentos
Café S. Tomé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	175.00	150.00	»
» Novo Red.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	70.00	50.00	»
» Ambriz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	58.50	38.00	»
» Encoje	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	58.00	36.00	»
» Cazengo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	57.50	35.00	»
» Cabo Verde	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	150.00	125.00	»
Coconote	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	24.50	16.50	Indecisa
Óleo de palma	mole	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	45.75	29.00	»
		rijo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	100 q.	2 75	»	42.00	27.00
Ricínio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	18.00	—	Ascendente
Jugelim	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	23.00	17.00	Tranqüila
Algodão	—	—	—	—	—	—	1 lb.	(Pences) 5.42-5.53	—	—	—	—	50 q.	344-348	1 quilo	8.75	5.00	Ascendente
Cera	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	11.90	9.30	Tranqüila
Assucar (em rams)	escuro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	1.00	.80	»
	branco	100 q.	181-185	100 q.	7 7 8-8 1/4	1 lb.	1.23-1.28	Cwt	18 16-21 6	—	—	—	—	—	»	1.20	1.00	»
Milho	—	—	—	—	Bushel	76 1/8-79	—	—	100 qs.	3.67-3.79	—	—	—	—	»	.735	—	»
Couros Banguela	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	6.00	5.00	»
Couros limpos	—	—	—	—	1 lb.	10	1 lb.	(Pences) 14-30	—	—	1 lb.	6-6 1/16	—	—	»	8.00	6.50	»
Borracha 1. ^a	—	—	1 2 q.	(Centes) 21-22 1 2	1 lb.	7 3 4-8	1 lb.	(Pences) 4-4 1/16	—	—	—	—	—	—	»	—	4.00	»
» 2. ^a	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	»	—	3.00	»

DEU-NOS a honra de colaborar na «Portugal Colonial» o sr. dr. Agostinho de Campos. Não é o ilustre escritor e pedagogista um colonial na acepção corrente da palavra e como o são aqueles outros que neste número nos concederam a sua valiosa colaboração. Mas o sr. dr. Agostinho de Campos — um dos raros europeus que temos a ventura de ter como compatriotas — tem escrito, sobre alguns aspectos dos nossos problemas coloniais com o brilho, o sentido de realidades, o espirito critico e o bom senso que, sendo aliás características muito nitidas do seu magnifico talento, mais uma vez o afirmaram como um orientador preciso,

A FÉ E O IMPÉRIO

Por Dr. AGOSTINHO DE CAMPOS

Escritôr, professor e jornalista

PORQUE é que se coloniza? Para que se teem colónias? Que sentido se contém hoje em dia na expressão «Império Colonial»?

Nos séculos XV e XVI Portugueses e Espanhóis navegaram, descobriram, conquistaram mundos novos, e começaram os trabalhos da moderna colonização.

A crença e o entusiasmo religioso, a ambição de glória, o espirito cavalheiresco, a ânsia de lucro, o orgulho da nação ou de raça, a energia física e moral exuberante, o génio aventureiro, o instinto das necessidades políticas, as fatalidades geográficas, a lei do menor esforço (verdadeiro ou illusório), a velocidade adquirida em séculos de guerras contra vizinhos, pobreza e imaginação que via luzir ao longe o oiro apetecido — de todos estes impulsos sociais e naturais, alguns contraditórios, se formou uma corrente de forças, superior à vontade e ao raciocínio humano, que nos fez — a nós e a outros depois de de nós — *dilatar a Fé e o Império*.

Na sua essência a iniciativa e persistência colonizadora resume-se em três palavras: *exuberar, possuir, dominar*. Dar emprêgo a energias trasbordantes. Ter o que julgamos faltar-nos. E ser senhores — quanta vez para não sermos escravos!

Motivos lógicos? Motivos jurídicos? Não: motivos puramente naturais e humanos. E assim, sem lógica, se remiram umas raças do seu atraso ou apatia, ao passo que outras se extinguíam no embate com a nossa. Assim se fizeram europeias as Américas. Assim se vai colonizando ou reconstituindo a África, sem sacrificio e antes com vantagem dos seus povos autóctones. Foi bom? Foi mau? A História está tóda e sempre certa, pela razão simples de não haver para ela emenda possível. Águas passadas não movem moíños — nem que sejam os de D. Quixote.

E as águas presentes? Muito turvas, porque alguns homens de agora pretendem filtrá-las através da intelligência abstracta.

¿Onde parará o Império Britânico, essa máquina enorme, que nos parecia solidissima ainda há vinte ou trinta anos? Na última Conferência Imperial de Londres ficou assente que qualquer dos seus membros tem direito a separar-se do todo. E foi a União Sul-Africana um dos Dominios que mais se empenharam em fazer apro-

dêses de que as gerações novas carecem e que tanto escasseiam na época em que vivemos.

Não queremos deixar de registar o facto, nem deixar de manifestar o entusiasmo com que recebemos a honra e o prazer de inserir na «Portugal Colonial» a colaboração que lhes solicitamos.

O sr. dr. Agostinho de Campos, é assim o melhor representante e a realidade viva duma idea que defendemos: Pode-se ter um sentido colonial nitido e afinado sem à que para isso seja necessario ir às Colonias. E

Portugal só será um grande país colonial quando todos os portugueses o tiverem — quando todos os portugueses forem coloniais.

var este *principio imperial*, que é mais propriamente a negação ou o fim do Império.

O primeiro ministro da *União* (notem bem este nome) voltou muito contente à África do Sul, com a sua conquista jurídica na pasta. Mas não se lembrou do resto: não se lembrou de que o caminho do direito abstracto e da lógica a todo o pano leva os homens ao único infinito que lhes está aberto, que é o infinito matemático. Matematicamente, um deputado sul-africano, separatista elevado à segunda potência, tirou da lógica da Conferência Imperial os últimos corolários, discursando nestes termos:

«Assim como a Austrália, o Canadá, a África do Sul, etc., teem direito a separar-se do Império Britânico, assim também o Cabo, o Natal, o Transvaal, o Orange, devem poder separar-se quando queiram da União Sul-Africana. . .»

Acrescentemos, à portuguesa: Ou a lógica é uma batata.

* * *

O direito dos povos a disporem de si próprios é artigo novo no código moral e político das relações internacionais. Mas tem um parágrafo único assaz saboroso que o contradiz (como bom parágrafo que se preza) e mediante o qual não fica revogada a legislação em contrário, isto é, a actividade colonizadora como sempre foi e há-de ser.

Reza assim o parágrafo único:

«Há povos atrasados, que não sabem ainda governar-se por si próprios; e há nações adiantadas, com sabedoria governativa que lhes chega para elas e ainda sobra para outros. Estas, portanto, governarão ou colonizarão aqueles, até os elevarem ao seu alto nível de capacidade administrativa ou política — e nem um minuto mais».

Sendo assim — assim lindo, e absolutamente lógico, e idealmente jurídico — não há nada mais simples do responder às três perguntas com que se abriu este artigo:

Coloniza-se porque se é sábio. Teem-se colónias para dar aula. E um império colonial não pode ser, hoje em

Reexportação e transito de mercadorias das Colonias portuguesas, por Lisboa

Mercadorias	Quantidades em Quilogramas		Valor em Escudos	
	Janeiro 1930	Janeiro 1931	Janeiro 1930	Janeiro 1931
REEXPORTAÇÃO :				
Cacau	1.747.246	1.252.827	7.418.635	3.452.280
Café	240.811	907.368	1.279.991	2.690.833
Cêra	17.330	4.113	223.730	36.297
Outras mercadorias	55.096	77.680	144.591	270.729
Total	2.061.483	2.241.988	9.066.947	6.450.138
TRANSITO INTERNACIONAL :				
Cacau	—	41.837	—	113.384
Café	231.496	403.163	986.900	1.337.929
Cêra	89.598	36.062	1.157.000	322.700
Oleos de palma e côco	398	2.168	900	5.724
Outras mercadorias	371.759	119.039	908.700	642.300
Total	693.251	602.271	3.053.500	2.422.537

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística

Câmbios correntes nas praças estrangeiras

Praças	Estabelecimento do Cambio	Fevereiro de 1931				Janeiro de 1931				Dezembro de 1930				
		Dias				Dias				Dias				
		4	11	18	25	7	14	21	28	3	10	17	24	31
Londres s/Lisboa.	Esc. por 1 £	108,25	108,25	108,25	108,25	108 3/8	108 3/8	108 3/8	108 3/8	108 1/4	108 1/4	108 1/4	108 1/4	108 1/4
Pais s/Lisboa . . .	Franco por 100 Esc.	114,28	114,41	114,28	114,41	114,25	114,25	114,25	114,25	115	114,75	114,75	114,75	114,75
Londres s/R. Jan.	Pence por 100 rs.	4 3/8	4 019/64	4 09/32	4 07/32	4 7/16	4 011/16	4 015/32	4 7/32	4 07/8	4 051/64	4 045/64	4 045/64	4 041/64
New-York s/R. Jan.	Dolar por 100 rs.	.0975	0,975	0,975	0,975	.0975	.0935	.0903	.0835	nom.	nom.	nom.	.0975	.0975
Madrid s/Lisboa..	Peseta por 1 \$00	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27
Berlim s/Lisboa..	Marcos por 100 Esc.	18,84	18,87	18,86	18,86	18,81	18,84	18,82	18,82	18,81	18,82	18,82	18,81	18,81
New-Pok s/Lisboa	Dolar por 1 Ese.	.0449	.0448	0,449	0,449	.0449	.0449	.0448	.0448	—	—	—	—	—

Moedas das Colonias portuguesas

Praças	Em 1 de Março de 1931			
	Prémio	Transferência	Agio	Colonias do Oriente
Luanda s/ Lisboa	2%	—	—	—
Praia s/ Lisboa	2%	3%	—	—
Bolama s/ Lisboa	2%	3%	—	—
S. Thomé s/ Lisboa	2%	3%	—	—
L. Marques s/ Lisboa	2%	—	8 1/2%	—
Goa s/ Lisboa (Rupia)	—	—	—	6\$30
Macau s/ Lisboa (Pataca)	—	—	—	5\$91
Dilly s/ Lisboa (Pataca)	—	—	—	5\$95

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Dezembro de 1930
(VALORES EM ESCUDOS)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferencias	Letras a receber	Depositos a prazo	Depositos à ordem
	Dinheiro em cofre	Depositos noutros Bancos				
Banco de Angola	151.375	1.756.166	—	61.832.867	10.776.778	2.478.506
Banco do C. e Ultramar	1.639.009	496.681	6.280.013	606.720	3.917.260	5.933.857
Banco N. Ultramarino.	2.334.727	13.368.840	63.209.584	77.576.252	25.342.742	57.339.189

Do Boletim Mensal da D. G. E.

Comércio entre a Metropole e as Colonias portuguesas

Colonias	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Valôr em milhares de Escudos		Valôr em milhares de Escudos	
	Janeiro 1930	Janeiro 1931	Janeiro 1930	Janeiro 1931
Angola	6.853	8.237	3.604	2.522
Cabo Verde	37	39	346	300
Guiné	1.642	186	542	270
S. Tomé e Príncipe	629	641	542	329
Moçambique	3.212	3.607	2.482	2.461
India	4	1	37	61
Macao e Timor	1	1	44	96

Do Boletim Mensal da D. G. E.

Indice numero das cotações dos produtos coloniais em Lisboa

Indice de referencia Julho 1914	1029 Indice médio	1930 Indice médio	1930 Janeiro	1931 Janeiro
100	2.630	1.726	2.338	1.102

Do Boletim Mensal da D. G. E.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colonias portuguesas durante o mez de Janeiro de 1931

Mercadorias	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colonias:						
Arroz	27.198	—	4.307	—	—	—
Açúcar	1.140.273	—	—	2.544.131	—	—
Café	207.825	2.368	42	18	26.228	—
Trigo em grão	1.518.389	—	—	—	—	—
Peles em bruto	21.096	—	5.126	2	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	41.907	—	—	23.968	—	—
Sementes oleaginosas	675.653	—	86.430	106.570	190.770	—
Exportadas das Colonias:						
Vinhos do Porto (decalitro)	520	28	—	807	8	97
" comuns "	64.644	1.632	5.769	61.799	2.905	2.630
" licorosos "	1.165	18	—	7	9	1.707
Azeite de oliveira	37.687	1.152	1.511	39.326	4.268	1.952
Conservas de vegetais	9.461	433	622	24.167	1.029	290
Sardinhas em salmoura	308	10	120	238	63	—
Conservas de sardinhas	5.295	582	367	27.458	831	605
" de peixe	—	40	93	592	6	—
Cortiça em rolinhas	—	20	—	98	—	—

Do Boletim Mensal da D. G. E.

Cotação oficial das acções das Companhias Coloniais na Bolsa de Lisboa

Companhias	Em 28 de Janeiro de 1931			Em 28 de Fevereiro de 1931		
	Efectuado Contado	Ofertas — Contado		Efectuado Contado	Ofertas — Contado	
		Compra	Venda		Compra	Venda
Agricola da Bela Vista	—	—	—	—	—	—
Agricola do Cazengo	—	—	—	—	—	—
Agricola da Ganda	—	—	—	—	15\$00	30\$00
Agricola das Neves	—	—	320\$00	—	150\$00	190\$00
Agricola do Principe	—	—	—	1\$30	1\$10	1\$50
Nacional de Navegação	200\$00	199\$00	200\$50	180\$00	177\$00	179\$00
Agricola Ultramarina	—	—	—	—	—	120\$00
Soc. Agricultura Colonial	—	—	150\$00	—	100\$00	145\$00
Amboim, até 250:00	49\$00	48\$00	50\$00	48\$00	47\$00	48\$00
Açúcar de Angola	—	118\$00	122\$00	125\$00	122\$00	126\$00
» de Moçambique	—	—	—	—	—	—
Cabinda	—	—	—	—	15\$00	20\$00
Colonial Agricola	—	—	—	—	—	—
Colonial do Buzi (1. ^a emissão)	47\$00	46\$00	47\$00	—	40\$00	44\$00
» » » (2. ^a »	—	—	105\$00	—	36\$00	—
Colonial de Navegação	—	47\$00	—	—	92\$00	102\$00
Comercio de Moçambique	—	107\$00	—	—	78\$00	—
Ilha do Principe	150\$00	145\$00	155\$00	142\$—145\$	—	147\$00
Cuabo	—	—	—	—	—	—
Niassa	—	—	3\$50	—	—	3\$50
Roca Porto Alegre	—	50\$00	120\$00	—	—	100\$00
Sul de Angola	—	—	60\$00	—	—	—
Zambesia	—	—	—	18\$00	—	—

Estatística do pessoal das Missões Catolicas

Pessoal missionário repartido em 374 territórios eclesiasticos e 81 países de 51 nacionalidades diferentes.	46.174 membros	12.592 padres estrangeiros ou indigenas, seculares ou regulares.	25.189 missionários	
		5.110 frades	3.222 missionários 1.314 indigenas 574 sem designação precisa	17.018 indigenas
		28.112 freiras	13.929 missionárias 11.399 indigenas 2.784 sem designação	3.967 obreiros apostólicos

Leigos — 51.507 catequistas, 36.679 mestres-escola, 25.634 batisadores.

População catolica dos territórios das missões dependentes da Congregação da Propaganda — 13.345.373.

Aumento de população de 1926 para 1927 — 479.955

Movimento de passageiros entre a Metropole e as colonias portuguesas

Companhias transportadoras			1.ª Classe		2.ª Classe		3.ª Classe		Total		Total Geral
			África Ocidental	África Oriental	A. Oc.	A. Or.	A. Oc.	A. Or.	A. Oc.	A. Or.	
Companhia Nacional de Navegação	Ida	Ano de 1930	741	315	977	531	2028	1143	3746	1989	5735
		Janeiro de 1930	70	54	119	62	144	141	333	257	590
		Janeiro de 1931	26	26	64	45	124	77	214	148	362
		Fevereiro de 1930	54	30	92	26	129	134	278	190	468
		Fevereiro de 1931	38	14	62	21	101	67	201	102	303
	Volta	Ano de 1930	739	291	631	339	1143	401	2513	1031	3544
		Janeiro de 1930	43	6	40	19	60	26	143	51	194
		Janeiro de 1931	21	9	25	5	92	19	138	33	171
		Fevereiro de 1930	71	17	68	24	93	12	232	53	285
		Fevereiro de 1931	15	6	42	13	80	22	117	41	158
Companhia Colonial de Navegação	Ida	Ano de 1930	429	120	742	194	1875	508	3046	822	3868
		Janeiro de 1930	67	0	96	0	322	26	485	26	511
		Janeiro de 1931	58	24	63	37	104	56	225	117	342
		Fevereiro de 1930	40	0	81	0	195	0	316	0	316
		Fevereiro de 1931	20	11	68	20	54	27	142	58	200
	Volta	Ano de 1930	465	119	532	159	963	309	1960	587	2547
		Janeiro de 1930	10	0	12	0	43	0	65	0	65
		Janeiro de 1931	19	10	26	12	57	11	102	33	135
		Fevereiro de 1930	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Fevereiro de 1931	23	1	22	1	95	12	138	16	154

LEGISLAÇÃO

Do Diário do Governo :

Dec. 19.326, 19.327 e 19.328 de 30-1-31 (1 série n.º 33 de 9-2-931). — Autorisam a Companhia Colonial Portuguesa, a Companhia da Roça Saudade e a Companhia Angra Tòlido, com sede em Lisboa, a conservarem no seu domínio e posse, por mais dez anos, os imobiliários que possuem em S. Thomé e Príncipe.

Portaria 7.026 de 11-2-931 (1 série n.º 35 da mesma data) — Constitue o Conselho Administrativo do B. N. U. a que se referem os art. 1.º e 2.º do Dec. 19.335.

Dec. 19.335 (idem) — Determina que as funções que, pelos estatutos do Banco Nacional Ultramarino, pertencem ao seu Conselho Administrativo sejam exercidas, para todos os efeitos legais, até à reunião da próxima Assembleia Geral, por um Conselho Administrativo nomeado pelo Governo.

Dec. 19.355 de 14-2-931 (1 série n.º 38 da mesma data) — Autorisa o Governador Geral de Angola a publicar e a pôr imediatamente em execução, adaptando-a às circunstâncias da Colónia, o dec. 19.143 sobre atentados contra a segurança pública.

Dec. 19.369 de 20-2-931 (1 série n.º 42 da mesma data) — Prorroga por um ano os contratos dos serviços que o desejem e que se encontrem trabalhando na Colónia de S. Thomé. (Este decreto é retificado no número 45 de 24 de Fevereiro de 1931).

Dec. 19.381 de 24-2-931 (1 série n.º 45 m. d.) — Manda proceder imediatamente à reorganização administrativa da Colónia de Angola, com o fim de reduzir as suas despesas e estabelecer as medidas de ordem imediata, tanto para o pagamento dos débitos em aberto como para a diminuição do *deficit* do ano económico corrente.

Dip. Leg. 177 — Cria em Angola uma delegação da Exposição Colonial Portuguesa em Paris e define as suas atribuições.

Portaria 714 — Manda constituir reserva do Estado, para uso da população indígena toda a área do posto civil do Quipungo e toda a área da c. c. do Alto Cunene.

Dos Boletins Officiais das Colonias :

ANGOLA

B. O. n.º 4 (1 série de 24-1-931).

Diploma Legislativo n.º 175 — Anula o D. L. n.º 468 de 3-1-927, e P. P. n.º 5 da mesma data que estabeleceu inspecções especiais e permanentes em todos os serviços de Fazenda e contabilidade da Colónia, com execução dos serviços Militares e de Marinha, é regular a competência e atribuições da Faculdade Pública. Determina que as inspecções aos serviços públicos continuem a ser feitas nos termos do Regulamento de Fazenda de 3 de Outubro de 1901 (Dec. 18.613 de 25-7-930).

Dip. Leg. n.º 176 — Altera os artigos 51.º e 64.º do Regulamento para a exploração do Cais do Porto de Lobito, aprovado por D. L. n.º 747 de 24-3-928.

MOÇAMBIQUE

B. O. n.º 3 de 17-1-931.

Portaria 1.243 — Estabelecendo o quantitativo de assucar branco que cada uma das fábricas assucareiras existentes nos territórios desta Colónia sob a directa administração do Estado, deverá fornecer, para consumo da Colónia durante o corrente ano cultural.

CABO VERDE

B. O. n.º 6 de 7-2-931.

D. L. n.º 278 — Prorroga por mais 6 mezes o D. L. 249 que isentou de direitos e mais imposições aduaneiras a exportação de café, fibras de agave, sementes de purgueira e ricino, tornando-o extensivo ao milho e ao feijão.

INDIA

B. O. n.º 11 de 6-2-931.

Portaria n.º 1.069 — Aprova o orçamento da receita e a tabela da despesa do Fundo Especial de Fomento, para o próximo ano económico de 1931-32.

MACAU

B. O. n.º 3 de 17-1-931.

Nova publicação retificada da portaria 568 que reforça varias verbas da tabela orçamental do ano económico 1929-30 para liquidação das despesas pagas na Metropole e outras colonias por conta desta.

PROPAGANDA COLONIAL

UMA INICIATIVA DAS ASSOCIAÇÕES ECONÓMICAS DO NORTE DE PORTUGAL

As Associações, Comercial, Industrial, dos Logistas e dos Comerciantes, o Ateneu Comercial, o Club dos Fenianos, a Liga Agraria e a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte, em especial, e duma maneira geral, as Associações Económicas do norte do Paiz, resolveram tomar a essa iniciativa, sob todos os pontos de vista notavel e interessante.

Trata-se de levar a efeito uma activa propaganda do nosso Imperio Colonial com o fim de formar em Portugal uma consciencia colonial que tanta falta faz á valorização moral e material dos nossos extensos dominios.

Pelas conferencias, congressos, exposições e todas as formas que permitam mostrar a todos os portugueses acerca das Colonias uma verdade que esteja em opposição a tantas lendas injustas quer pelo demasiado optimismo quer pelo excessivo pessimismo, as associações económicas do norte do paiz vão decerto prestar um relevantissimo serviço.

Apenas é de lastimar que num Paiz colonial de tão altas e distantes tradições colonisadoras, esse espirito não esteja já creado e em plena florescencia.

A comissão executiva que funciona no Porto e aquela que funciona em Lisboa, são constituídas por alguns dos nomes mais apregoados no colonialismo, no commercio e na industria do país.

A «Portugal Colonial», evidentemente, deseja a essa iniciativa, cujas intenções reveladas são decerto as verdadeiras, o mais completo e profundo dos exitos.

PROSA BARBARA

(Continuação da página 12)

que o conferencista foi deitando, em agressão à lógica, em ofensa à verdade . . . mas em homenagem ao atrevimento.

Na parte propriamente «pecuária» da conferência, o sr. Virgílio P. Costa começou por mentir ao afirmar que, à falta de dados estatísticos officiaes sobre a existência de quantidades de gados, teve que recorrer a informações de comerciantes e chefes de Posto, para poder calcular em dois milhões e meio a existência, de bovinos. E dizemos que mentiu, porque, officalmente, já foi avaliada essa existência, da qual o sr. Costa poderia tomar um conhecimento mais perfeito, se as suas intenções não fossem de mera «chantage».

A conferência, sob todos os pontos de vista insignificante, decorre assim cheia de tolices e barbaridades, que vão a ponto de autêntico atentado aos principios basilares da zootecnia, quando o conferencista fala da . . . «raça híbrida» existente!

Não vale uma crítica a pobre conferência, e nem a mentalidade do conferente recomenda mais reparos.

Se não estamos em erro, este sr. Virgílio P. Costa é o mesmo que, em Benguela, foi acometido por uma chibatada moral que lhe deu o meu illustre colega Dr. Bagorro Sequeira, justamente por, com atrevimento, se meter em assuntos estranhos aos da sua profissão.

Vemos que tem propensão para assuntos bovinos este sr. Costa, e ao verificarmos o facto, não podemos deixar de lastimar esse «estranho fatalismo», pois bem melhor seria que dedicasse de preferencia à profissão que escolheu — e pelos vistos abandonou — as suas manhas de conferencista.

Colégio da Bafureira

Linha de Cascais
Parêde



Um dos edificios onde está instalado o Colégio

OS problemas da Educação encontram já em Portugal ótimas soluções sob todos os complicados pontos de vista que encerram.

Entre os estabelecimentos a quem a Instrução em Portugal mais deve, figura o *Colégio da Bafureira*, fundado em 1910 e de que são directores os ilustres pedagogistas D. Julia Margarida dos Reis e o Dr. Paulo dos Reis Guedes.

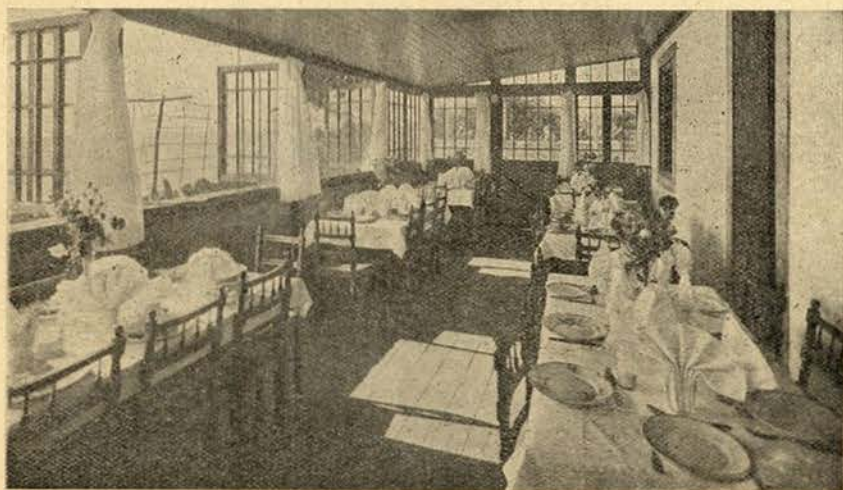
O *Colégio da Bafureira* além de ter superiormente organizados, com o melhor corpo docente de Lisboa, auxiliado pelo material pedagógico mais moderno, os cursos primário, dos liceus, elementar do Comércio, do Conservatório do Lisboa e ainda cursos especiais de Desenho artístico, pintura, bordados, arte aplicada, corte e dança, que o secundam como o estabelecimento mais moderno do país, dispõe

ainda duma situação que não pode ser indiferente a todos os pais que tem filhos para educar.

Instalado num edificio com tôdas as condições de higiene, desfôgo e recreio para os alunos, está situado na melhor praia infantil de Portugal — a Parêde.

Além da cuidada educação intelectual e moral que recebem e da qual são demonstrações evidentes os resultados alcançados, o *Colégio da Bafureira*, pela situação e instalações de que dispõe e ainda pela atenção que lhe merece a educação física dos alunos, realisa por consequência inteiramente a velha formula romana que tão necessária é às crianças do nosso tempo: *Mens sana in corpore sano*.

E se sob todos estes aspectos o colégio é recomendável para tôdas as crianças, duma maneira geral, a sua situação recomenda-o, em especial para a educação de tôdas as crianças débeis, entre as quais figuram as que tantas vezes vêm das nossas Colónias ou que nelas têm passado periodos largos e debilitantes.



Aspecto do refeitório do Colégio, debruçado sobre o mar

BIBLIOGRAFIA

Maman et Bébé au Congo — Um volume encerrando os conselhos práticos ás mães europeias que vivem nas Colonias no sentido de se evitar a grande mortalidade infantil que ainda se verifica no Congo Belga. O livro é publicado pela União das Mulheres Coloniais e redigido pelo Dr. Dubois e H. Potien, respectivamente professor da Escola de Medicina Tropical e assistente de Gynecologia da Universidade de Louvain.

Ed. Wewerbergh. Preço 10 francos.

«**Le Bresil et les Colonies portugaises**», por *F. Ribeiro Salgado*, professor do Instituto Superior do Comercio do Porto — O livro do professor Ribeiro Salgado é uma monografia economica muito completa e util sobre o Brazil e as Colonias portuguesas. Constitue, indiscutivelmente um valiosissimo auxiliar, não só de propaganda, como tambem, muito especialmente, para todos aquelles a quem os problemas economicos das Colonias portuguesas interessam.

Apenas o folheamos por enquanto, reservando-nos para mais tarde fazer sobre o livro a apreciação completa que ele merece.

Ethnographie du Congo, por *De Imghe* — E' uma brochura em separata da «Revue des Questions Scientifiques», na qual o autor refere os seus conhecimentos sobre as origens e caracteres sociais e morais dos indigenas do Congo.

Activité économique du Congo Belge, por *Franz Janssen* — Estudo interessante, sobretudo para os industriais e comerciantes que tem relações com o Congo ou que na sua actividade podem procurar ensinamentos uteis.

N. B. — Nesta secção faremos referencia a todas as obras de que nos forem enviados dois exemplares e registaremos o aparecimento das publicações mais notáveis que forem sendo lançadas no mercado.

Expediente

A todas as pessoas a quem fôr enviada a nossa revista e que não a desejem assinar, rogamos a finesa de a devolverem imediatamente à redacção, pois, considerando nós, segundo uma velha praxe, assinantes todos aquêles que assim não procederem, a devolução immediata evitar-nos-há despezas e trabalho importantes. / As assinaturas de "Portugal Colonial" podem ser pedidas à nossa redacção, directamente, ou a qualquer dos nossos agentes das Colónias, Ilhas e Brasil.

A cobrança será feita pelo correio quando os srs. assinantes não dejesem enviar as importâncias das assinaturas directamente à Administração na
R. Augusta,
229, 2.º

MANTEIGARIA LONDRINA

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

*Especialidade
em manteigas,
queijos e conservas.
Variado sor-*



*tido em artigos
de Mercearia,
Vinhos, Licores
e Champagnes*

Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada
53, R. EUGENIO DOS SANTOS, 55 - LISBOA - TELEF.: 2 7448

O MELHOR VINHO PORTUGUES . . .



Gran Prix. S. Louis 1904 - Grand Prix. Rio de Janeiro 1908 - Grand Prix. Panamá 1915 - Grand Prix. Rio de Janeiro 1923 - Grand Prix. Sevilha 1929 - Grand Prix. Anvers 1930.

SERRADAYRES, LDA.
47, RUA DO ALECRIM - LISBOA
 END. TEL. LISSERRA - LISBOA

Companhia de Cervejas ESTRELLA

CAMPO PEQUENO - LISBOA



AS UNICAS CERVEJAS DE TIPO ALEMÃO. AS MAIS PREFERIDA PELOS APRECIADORES. CERVEJA ESPECIAL PARA EXPORTAÇÃO. GRAND PRIX: NA EXPOSIÇÃO DE SEVILHA DE 1929. GRAND PRIX: NA FEIRA DE AMOSTRAS DO RIO DE JANEIRO DE 1930.

Papelaria Fernandes

Rua do Rato, 23 a 35

Novas instalações:

Rua do Ouro, n.ºs 145 a 149

Tele. fones (P. B. X.) N. 691 e 4899
 gramas - PAPELARIA

LISBOA



PAPELARIA, LIVRARIA, TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Sortido muito completo de papeis de todas as qualidades, tanto nacionais como estrangeiros; artigos de escritório; tintas e outros artigos para desenho, pintura e arte aplicada. Canetas de tinta permanente *Conklins*. Depositários, para o *Sul do País*, do conhecido papel heliográfico de revelação a seco marca «OZALID».

Freços de Reclame

LUIZ PEREIRA

IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO

CARNES FRESCAS, VERDES E DEFUMADAS. ESPECIALIDADE EM CARNES DE PORCO, BANHA E CHOURIÇO

Talho n.º 20 e Salsicharia Mercantil:

Rua Silva e Albuquerque, 72

Séde, Escritório, Talho n.º 20 e Salsicharia:

Rua Silva e Albuquerque, 72 e 72-A

LISBOA - PORTUGAL
 Telefone Bemfica 225

Companhia de Moçambique

*Território de Manica e Sofala na
África Oriental Portuguesa—Ca-
pital Beira — Extensão
13 . 482 . 200 hectares.*

Uma das mais férteis e ricas regiões do Continente Africano. O movimento do porto da Beira, servido por magníficas vias férreas, tem sido, nos últimos anos, de cerca de um milhão de toneladas.

Para informações dirigir-se, em Lisboa à sede da Companhia, Largo da Biblioteca Pública, e na Beira à Secretaria Geral do Governo do Território.

Companhia Central Vinicola de Portugal GRANDE EXPORTADORA

▼
LISBOA

*Praça do Município, 32, 2.º
Armazens: Poço do Bispo*

▼
Vinhos licorosos e aguardentes simples e preparadas, tipos cognacs. Vinhos espumantes. Grandes vinhos de mesa brancos e tintos dos principais lavradores do país. Alcool vinico. Aguardentes bagaceiras e de vinhos. Licores.

▼
ENDEREÇO TETEGR.: CIRICA LISBOA
TELEFONES

POÇO DO BISPO 32
EM LISBOA 2 4573

Felix Ribeiro Lopes

.....
LISBOA

ESCRITÓRIO

Rua da Betesga, 41, 1.º

FÁBRICA E ARMAZEM

Rua da Betesga, 41, 1.º

ESTABELECIMENTO

Rua Escola do Exército, 15
(instalada em edificio próprio)

17 SUCURSAIS EM TODA A CIDADE

Fábrica própria de todas os productos de salchicharia. Fornecedor das principais empresas do país. Exportação para as Colónias

COELHO E CASTRO & ALVES, LIMITADA

EXPORTADORES

SEDE: R. DA MADALENA, 119, 1.º E.

Tele { tone 2 1902,
legramas: SUCESSO
Codigo: RIBEIRO

LISBOA PORTUGAL

REPRESENTANTE DE:

Conde d'Agueda
Vinhos Aguieira

Guerreiro & Castro, Suc., Lda.

LOURENÇO MARQUES
Caixa Postal 734

Telef.: 259

Telegr.: ROSACASTA

Codigo Ribeiro e A. B. C. 5.ª ed.

Comercio geral. Representando para a Africa Oriental Portuguesa:

Carlos Schimit Ld.ª . . . Vinhos de pasto
Conde d'Agueda. . . . Vinhos Aguieira
Comp. Ag. e Com.ª Vinhos
do Porto . . . \$. . . Ferreirinha

Algodoeira Colonial, Limitada

Séde: Benguela

Filiais: Lisboa e Luanda

Grandes Armazens de Tecidos de Algodão

Vendas por junto e aos melhores preços, de todos os tecidos de algodão produzidos em 9 fabricas, suas associadas que são:

Fabricas da Areosa e Mazorra
Azevedo, Soares & C.^a Lda.

Fabrica de Bomfim
Manoel Pinto de Azevedo

Fabrica de Fiação e Tecidos de Ermezinde
Oliveira, Azevedo & C.^a, Lda.

Fabrica da Senhora da Hora
Empreza Fabril do Norte, Lda.

Fabrica de Fiação e Tecidos Portuense
Azevedo Ferreira & C.^a, Lda.

Fabrica de Francos

Sociedade Anonyma de Responsabilidade, Limitada

Fabrica de S. Roque

*Domíngos Antonio d'Oliveira & C.^a,
Sucessores, Lda.*

Fabrica de Tecidos Aliança, Lda.

Companhia Fabril de Rio Tinto

Tecidos fabricados, de preferencia com algodões coloniais, pela industria nacional e para os colonos Portugueses

Algodões crús, riscados, cotins, lenços. bretanhas, kakis, pintados, tafaxis e cobertores

PREÇOS SEM CONCORRENCIA

Séde em BENGUELA:

CAIXA POSTAL,
ENDEREÇO TELEGRAFICO:
ALGODOEIRA

LISBOA:

Rua do Alecrim, 7
Telefone: 20889
END. TELEG.: ALGODOEIRA

Filial em LUANDA:

CAIXA POSTAL, 15
END. TELEG.: ALGODOEIRA
Telefone, 357

Companhia Nacional de Navegação

Linhas do Norte da Europa, do Mediter-
râneo, das Africas e do Brazil

Paquetes rápidos e cómodos, com optima cosinha,
música e pessoal competente

SAÍDAS EM ABRIL

Serviço rapido da Africa Ocidental

No dia 4, o paquete

PEDRO GOMES

com destino aos portos de Funchal, S. Vicente, Praia, S. Tomé, Cabinda, Sazaire, Luanda, Porto Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Mossamedes, Porto Alexandre e para os portos de Ambrizette, Boma, Noqui, Matadi, Landana e Point Noire com baldeação em Luanda.

Serviço Ordinario da Africa Ocidental

No dia 10, o vapor

CABO VERDE

com destino aos portos de Principe, S. Tomé, Ambriz, Luanda, P. Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela e Mossamedes.

Serviço Rapido da Africa Ocidental e Oriental

No dia 2, o paquete

LOURENÇO MARQUES

com destino aos portos de Funchal, S. Tomé, Luanda, Lobito, Mossamedes, Cabo, L. Marques, Beira, Moçambique e para Inhambane, Quelimane, Chinde, Angoche, Pebane, Mocimboa, P. Amelia, Ibo, Macuso, com baldeação em L. Marques.

Serviço do Norte da Europa

No dia 1, o vapor

CONGO

com destino aos portos de Douro, Hamburgo, Roterdão e Anvers.

No dia 15, o vapor

S. TOMÉ

com destino aos portos de Leixões, Hamburgo, Roterdão e Anvers.

Serviço do Brasil

No dia 9, o paquete

QUANZA

com destino aos portos de Funchal, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santos

Serviço do Mediterraneo

No dia 15, o vapor

IBO

com destino aos portos de Denia, Barcelona, Marselha e Genova

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 34

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85